

A TRINDADE

Loraine Boettner

Revisão, Edição e Projeto Gráfico: Felipe Sabino de Araújo Neto.

Todas as citações da Escrituras são da tradução de João Ferreira de Almeida Revista Corrigida, edição 1969, da Sociedade Bíblica do Brasil.



Monergismo.com
"Ao Senhor Pertence a Salvação"

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. A DECLARAÇÃO DA DOCTRINA	6
3. MAIS PROVAS DAS ESCRITURAS	12
4. A TRINDADE NO ANTIGO TESTAMENTO.....	16
5. UMA SUBSTÂNCIA, TRÊS PESSOAS	24
6. O SIGNIFICADO DAS EXPRESSÕES “PAI”, “FILHO” E “ESPÍRITO SANTO”.....	29
7. SUBORDINAÇÃO DO FILHO, E DO ESPÍRITO SANTO, AO PAI.....	33
8. A GERAÇÃO DO FILHO E A PROCESSÃO DO ESPÍRITO SANTO	36
9. A TRINDADE APRESENTA UM MISTÉRIO, NÃO UMA CONTRADIÇÃO	39
10. ASPECTOS HISTÓRICOS DA DOCTRINA	42
11. IMPORTÂNCIA PRÁTICA DA DOCTRINA DA TRINDADE	47

1. INTRODUÇÃO

Tentaremos apresentar, neste capítulo, em linguagem tão acessível quanto possível, as verdades fundamentais que a Igreja defende a respeito da doutrina da Trindade. Em primeiro lugar, apresentaremos os fatos das Escrituras em que a doutrina se baseia, e apresentaremos, em seguida, o que os credos afirmam, assim como as formulações apresentadas pelos concílios da Igreja e por vários pensadores cristãos, que se dedicaram à interpretação dessa evidência, durante os últimos dois mil anos.

A doutrina da Trindade é, talvez, a doutrina mais misteriosa e difícil que encontramos nas Escrituras. Por isso, não pretendemos dar uma explicação completa dela. Devido à natureza do assunto, só podemos saber, a respeito da natureza íntima da Deidade, o pouco que as Escrituras nos revelam. A tripla personalidade de Deus é, exclusivamente, uma verdade da revelação, e que está além do reino da razão natural. A sua altura, profundidade, comprimento e largura não podem ser medidos, devido ao fato que o finito está a considerar o Infinito. Querer dar uma explicação completa da natureza de Deus, dentro dos limites da nossa razão humana, é o mesmo que tentar meter o oceano dentro de uma chávena. Não é nosso propósito entrar em subtilezas metafísicas, nem especular acerca das implicações que possam ser deduzidas desta doutrina. Esperamos, no entanto, que, dirigidos pelo Santo Espírito, sejamos capazes de apresentar, de forma simples e clara, contudo, de maneira tão completa quanto as limitações das nossas mentes e linguagem finitas o permitam fazer, a verdade a este respeito, defendendo-a de todos os erros e heresias que, numa época ou outra da História da Igreja, têm surgido. Embora não possamos apreender perfeitamente a mente de Deus, fomos, contudo, criados à imagem de Deus e, portanto, temos o direito, dentro de certos limites, de conceber Deus segundo a analogia da nossa própria natureza, e deveríamos ser capazes de compreender o bastante desta revelação sublime, que agradou a Deus dar, a Seu próprio respeito, de forma a progredirmos, consideravelmente, no nosso crescimento espiritual. Visto que, no estudo desta doutrina, dependemos, de forma absoluta, da revelação (nada havendo de semelhante ou análogo na nossa própria consciência nem no mundo natural), e visto que o assunto que estamos a estudar é transcendentemente sagrado, ou seja, a natureza íntima de Deus que é infinitamente justo e transcendente, a nossa atitude deveria ser a de discípulos que, humilde e reverentemente, estão prontos a receber, implicitamente, tudo quanto aprouve a Deus revelar.

Sendo Deus o Criador, Preservador e Destinador final de todas as coisas, aquele em quem vivemos e movemos e temos o nosso ser, o nosso conhecimento dele deve ser básico e fundamental para todo o nosso conhecimento. Respondendo à pergunta: “O que é Deus?”, as Escrituras revelam-no-lo, em primeiro lugar, como um Espírito racional e justo, infinito nos seus atributos de sabedoria, ser, poder, santidade, justiça, bondade e verdade; e, em segundo lugar, revelam-no-lo como Um que existe, eternamente, em três Pessoas, sendo, no entanto, essas três Pessoas uma só em substância, existindo na mais perfeita unidade de pensamento e objetivo. No entanto, é evidente que, se Deus existe, desta maneira, em Três Pessoas, cada uma delas com a sua parte distinta, nas obras da criação, providência, redenção e graça, este fato governa a sua atividade em todas as esferas da sua obra e, portanto, a doutrina que trata da sua natureza tem de influenciar, de forma considerável, toda a teologia e filosofia verdadeiras. As doutrinas vitais para o Cristianismo, tais como a divindade e Pessoa de Cristo, a encarnação, a expiação, etc., estão de tal maneira intimamente entrelaçadas com a da trindade de Deus, que não podem ser devidamente compreendidas separadas desta.

Notemos que a doutrina da Trindade é a marca distintiva da religião cristã, colocando-a num plano diferente de todas as outras religiões do mundo. É certo que, trabalhando sem a

vantagem das revelações apresentadas nas Escrituras, houve quem chegasse a certas verdades, limitadas, a respeito da natureza e da personalidade de Deus. As religiões pagãs, assim como as especulações filosóficas, baseiam-se na religião natural e não podem, portanto, alcançar um conceito mais elevado do que o da unidade de Deus. Em alguns sistemas, encontramos um monoteísmo com a sua crença num único Deus. Noutras, encontramos um politeísmo, com a sua crença em muitos deuses, separados entre si. Porém, nenhuma das religiões pagãs, nem qualquer dos sistemas de filosofia especulativa, chegaram jamais a uma concepção trinitária de Deus. A verdade é que, fora da revelação sobrenatural, não há nada na consciência ou na experiência humanas, que possa fornecer ao homem a mais pequena indicação do Deus distinto da fé cristã, o Deus Triuno, Encarnado, Remidor e Santificador. Algumas religiões pagãs têm apresentado tríades de divindades, como por exemplo, a tríade egípcia de Osíris, Ísis e Hórus, algo semelhante à família humana, com o pai, a mãe e o filho; ou a tríade hindu de Brahma, Vishnu e Shiva, que, no ciclo de evolução panteísta, personifica os poderes criador, preservador e destruidor da natureza; ou, ainda, a tríade apresentada por Platão, de bondade, intelecto e vontade — que não são exemplos de tripersonalidade verdadeira, pois não são pessoas reais, a quem nos possamos dirigir e a quem adoremos, mas apenas personificações ou atributos de Deus. Nenhum destes sistemas possui algo em comum com a doutrina cristã da Trindade, exceto na noção da qualidade dum “trino”.

Antes de iniciarmos o estudo mais pormenorizado da doutrina da Trindade, convém lembrarmo-nos de que o conhecimento do homem a respeito de Deus tem sido progressivo. A revelação mais geral da existência de Deus foi-nos dada por meio da natureza e é, portanto, comum a todos os homens. A existência de Deus é uma verdade intuitiva, aceite universalmente, pelas mentes sem preconceitos. O homem reconhece-se dependente e responsável e, portanto, infere aquele de quem é dependente e perante o qual é responsável. Atribui a esse ser, eminentemente, todas as boas qualidades que encontra em si próprio, chegando assim a um conhecimento de Deus, como um Espírito pessoal, infinito, eterno e perfeito nos seus atributos.

A segunda fase da revelação, a respeito da natureza e dos atributos de Deus, foi dada durante o período do Velho Testamento. Há um grande progresso em relação à revelação dada por meio da intuição humana e por meio da natureza, e Deus é apresentado, principalmente, como o Deus de graça e Redentor dos pecadores. A terceira fase, aquela em que estamos especialmente interessados, é a apresentada no Novo Testamento, em que Deus é apresentado como existindo numa trindade de Pessoas, cada uma delas cumprindo uma parte própria nas obras da criação, da providência e da redenção. Como o Dr. Warfield disse:

“Os elementos do plano da salvação são enraizados na natureza misteriosa da Divindade, na qual coexiste uma distinção trina de pessoas com unidade absoluta de essência; a revelação da Trindade foi, portanto, incidental à execução deste plano de salvação, no qual o Pai enviou o Filho para ser a propiciação pelo pecado, e o Filho, após o seu regresso para a glória, que possuía conjuntamente com o Pai antes que o mundo existisse enviou o Espírito Santo com a missão de aplicar a redenção, por ele efetuada, em favor dos homens. A revelação deste fato fundamental da natureza divina, portanto, foi adiada, até a chegada do tempo para a realização efetiva, da redenção há muito prometida; e esta realização efetuou-se, a princípio mais em feito do que por palavra, pela estadia efetiva do Filho de Deus na terra, e as manifestações subseqüentes do Espírito Santo, que foi enviado para agir como o seu Representante, durante a sua ausência” (*Estudos em Teologia*, p. 113).

Creemos que os argumentos cosmológico, ideológico, ontológico e moral, a favor da existência de Deus, são válidos para todos quantos possuam uma mente aberta e livre de preconceitos. Talvez não convençam um racionalista ou um ateu, mas não nos interessa, de momento, essa categoria de pessoas. Que o teísmo, somente, é capaz de resolver o enigma do universo, é a firme convicção do pensamento científico e filosófico dos nossos dias, como podemos ver em escritores famosos como Eddington, Jeans, Millikan, Whitehead, Hocking, Brightman, etc. O conceito materialista que, há poucas décadas, era tão prevalecente, deu lugar à idéia de que, por detrás de tudo quanto vemos, há um Deus pessoal, o Criador e Sustentador do Universo.

Aquele que escreve estas linhas presume que os seus leitores são teístas convictos. Não se pode esperar que outra categoria de pessoas tenha interesse em teologia, **e muito menos que estejam preocupados com a doutrina da Trindade**. O Salmista deu a opinião de Deus a respeito do ateu, nas seguintes palavras: “Disse o néscio no seu coração: Não há Deus” (Salmo 14:1). Como disse um escritor há algum tempo: “ateísmo é a verdadeira quinta-essência do absurdo, loucura elevada ao cúmulo. Perante as mil e uma provas do seu poder e sabedoria, tão manifestas, é quase impossível ver como indivíduos, com mentes abertas, possam negar a existência dum ser supremo governando todas as coisas. Afirmar que este Universo, tão extraordinário, é o resultado duma justaposição acidental de átomos, uma confluência fortuita de forças cósmicas, é uma hipótese tão disparatada que nem vale a pena refutar. Como já foi dito, mais duma vez, poderíamos esperar também que um milhão de macacos, tocando, à toa, as teclas duma máquina de escrever, produzissem, acidentalmente, um “*Paraíso Perdido*” de Milton. A explicação dada pelo ateísmo acerca da origem do mundo (a resenha de tudo quanto existe), requer uma credulidade infinitamente maior do que as doutrinas do teísmo. Se não há Deus, o cosmos é uma charada sem significado” (Dr. C. Norman Bartlett, *The Triune God*, p. 36).

Embora se reconheça, por toda a parte, que só o teísmo apresenta uma explicação adequada do Universo, o fato é que muitos teístas que crêem firmemente na existência de um Deus pessoal, negam, tenazmente, que haja uma pluralidade de pessoas na divindade, como afirma a fé trinitária. Vêem, na doutrina cristã da Trindade, apenas um triteísmo, ou, então, uma das muitas variedades de politeísmo, que tão comuns têm sido através dos séculos. Consideram-na um absurdo, ou uma contradição de termos, e nunca se cansam de afirmar que se Deus é Uno, não pode ser Três. Mas se considerarmos, com mais cuidado, o problema do teísmo, verificamos que o absurdo e o irracionalismo está do lado desses, e que o conceito de Deus, como uma pessoa, eternamente só e solitário, é impossível de defender. E, embora não cheguemos ao extremo de afirmar que a personalidade de Deus implica, necessariamente, a doutrina da Trindade, cremos que os traços característicos de amor, honra, comunhão, confiança, simpatia, etc., não se podem desabrochar na sua máxima beleza e fragrância, a menos que haja relações pessoais objetivas, e isto é verdade, tanto no que diz respeito à Divindade, como à humanidade.

É absurdo, claro, pensar que Deus é superpessoal. Evidentemente, pela natureza das coisas, a personalidade divina é algo infinitamente superior à personalidade humana; mas a única alternativa para um Deus pessoal é, cremos, um Deus impessoal. E quando afirmamos que Deus é impessoal, passamos a defender o primeiro dogma do ateísmo. Se Deus existe, tem que ser pessoal. Não podemos adorar o Princípio do Absoluto, nem ter comunhão com um Poder Cósmico; e, afirmar que Deus é superpessoal, é iludirmo-nos, com uma frase altissonante.

2. A DECLARAÇÃO DA DOCTRINA

Presumindo ser o teísmo a forma de crença aceite, e que Deus é um Deus pessoal, apresentemos a doutrina da Trindade, da seguinte maneira:

I. Há um só Deus vivo e verdadeiro

Uma das objeções mais comuns alegadas contra a doutrina da Trindade é que ela implica triteísmo, ou seja, a crença em três Deuses. Porém, o fato é que, na verdade, se opõe, de forma absoluta, não só ao triteísmo, como a toda e qualquer espécie de politeísmo. As Escrituras, a razão e a consciência, concordam, de forma perfeita, em que há um só Ser, auto-existente, eterno e supremo, em quem são inerentes todos os atributos ou perfeições divinos, e de quem não se podem separar. Que tanto o Velho como o Novo Testamento ensinam a unidade de Deus, é manifesto, de forma clara, nos versículos seguintes:

“Ouve, ó Israel, Jeová, nosso Deus, é um só Jeová” (Deuteronômio 6:4). “Assim diz o Senhor, Rei de Israel, e seu Redentor, o Senhor dos Exércitos: Eu sou o primeiro, e eu sou o último, e fora de mim não há Deus” (Isaías 44:6). O Decálogo, que forma o alicerce do código moral e religioso do Cristianismo, como o é do Judaísmo, diz, no seu primeiro e principal mandamento: “Não terás outros deuses diante de mim” (Ex. 20:3). Disse Jesus: “Eu e o Pai somos um” (João 10:30). “Tu crês que há um só Deus?; fazes bem!” (Tiago 2:19). “Sabemos que o ídolo nada é no mundo, e que não há outro Deus, senão um só” (1Cor. 8:4). “Há um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, e por todos e em todos” (Efésios 4:5,6). “Eu sou o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim, o primeiro e o derradeiro” (Apocalipse 22:13). Do Gênesis ao Apocalipse, se afirma que Deus é um.

A ciência e a filosofia modernas chegaram à firme conclusão de que o Universo é uma unidade; e juntamente com isto, vem, evidentemente, o corolário de que o Deus que o criou e o governa é Uno. Os astrônomos dizem-nos, por exemplo, que os mesmos princípios que governam dentro do nosso sistema solar se encontram também nos milhões de estrelas, afastadas de nós trilhões de quilômetros. Os físicos, que analisam a luz vinda do Sol e das estrelas distantes, dizem-nos que não só existem nelas os mesmos elementos, como o ferro, o carbono, o oxigênio, etc., que se encontram na Terra, mas que, também, esses elementos existem, praticamente, na mesma proporção que aqui. Sabemos, pela lei da gravitação, que qualquer objeto material no Universo atrai todos os outros, com uma força diretamente proporcional à sua massa, e inversamente proporcional ao quadrado da distância entre os centros respectivos. Assim, todos os grãos de areia, no deserto ou na praia, estão em ligação com todos os vários sóis existentes no Universo. A Terra, na sua inércia, sobe ao encontro do floco de neve que cai. O microscópio revela maravilhas tão extraordinárias como as que são reveladas pelos telescópios, e verifica-se que por toda a parte existe o mesmo sistema unificado.

Os unitarianos não possuem, na verdade, o monopólio da doutrina da Unidade de Deus. Os trinitarianos defendem o mesmo, tão absolutamente como aqueles. A Unidade de Deus é um dos postulados fundamentais do teísmo, e nenhum sistema que ensine qualquer outra coisa pode ser verdadeiro.

II. Embora Deus, na sua Natureza mais íntima, seja Um, Existe, no Entanto, como Três Pessoas

A definição melhor e mais concisa que conhecemos da doutrina da Trindade, é a que se encontra no Catecismo Menor de Westminster: “Há três Pessoas na Divindade: Pai, Filho e Espírito Santo; e estas três Pessoas são um só Deus, idênticas em substância, iguais em poder e glória”.

Vimos que as Escrituras ensinam que há um único Deus, vivo e verdadeiro. Ensinam, com a mesma clareza, que este Deus único existe em três Pessoas distintas, como Pai, Filho e Espírito Santo:

a) O Pai é Deus: “Para nós, há um só Deus, o Pai, de quem é tudo” (1Coríntios 8:6). “Paulo, apóstolo... por Jesus Cristo, e por Deus Pai” (Gálatas 1:1). “Há... um só Deus e Pai de todos” (Efésios 4:6). “Naquele tempo respondeu Jesus, e disse: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra...” (Mateus 11:25). “Porque, a este (o Filho), o Pai, Deus, o selou” (João 6:27). “Segundo a presciência de Deus Pai” (1Pedro 1:2). “E toda a língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para glória de Deus Pai” (Filipenses. 2:11). “Subo para meu Pai, e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus” (João 20:17). “Mas a hora vem, e agora é, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade” (João 4:23). “Jesus orou ao Deus o Pai” (Marcos 14:36, João 11:41; 17:11, etc.).

b) O Filho é Deus: “Cristo... é sobre todos, Deus bendito eternamente” (Romanos 9:5). “Porque nele (Cristo) habita corporalmente toda a plenitude da divindade” (Colossenses 2:9). “Tomé respondeu e disse-lhe: Senhor meu e Deus meu” (João 20:28). “Eu e o Pai somos um” (João 10:30). “Aguardando a bem-aventurada esperança e o aparecimento da glória do grande Deus e nosso Senhor, Jesus Cristo” (Tito 2:13). “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo” (Mateus 16:16). Cristo arrogou a si poder sobre o sábado e “dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus” (João 5:18). “Arrogou-se as prerrogativas de Deus, perdoando pecados” (Marcos 2:5). “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (João 1:1).

Os atributos que só podem ser aplicados a Deus, são-no, igualmente, a Jesus Cristo. Santidade: “Bem sei quem és, o Santo de Deus” (Marcos 1:24); “Aquele que não conheceu pecado” (2Coríntios 5:21); “Quem dentre vós me convence do pecado?” (João 8:46); “Santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores” (Hebreus 7:26). Eternidade: “No princípio era o Verbo” (João 1:1); “Antes que Abraão existisse, Eu Sou” (João 8:58); “Mas do Filho diz: Ó Deus, o teu trono subsiste pelos séculos dos séculos” (Hebreus 1:8); “Aquele glória que eu tinha contigo, antes que o mundo existisse” (João 17:5). Vida: “Nele estava a vida” (João 1:4); “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida: ninguém vem ao Pai senão por mim” (João 14:6); “Eu sou a ressurreição e a vida” (João 11:25). Imutabilidade: “Jesus Cristo é o mesmo, ontem, e hoje, e eternamente” (Hebreus 13:8); “Eles (os céus), perecerão, mas tu permanecerás... se mudarão, mas tu és o mesmo” (Hebreus 1:11,12). Onipotência: “Todo o poder me foi dado, no céu e na terra” (Mateus 28:18); “O Senhor Deus, que é, e que era, e que há-de vir, o Todo-Poderoso” (Apocalipse 1:8). Onisciência: “Tu conheces todas as coisas” (João 16:30); “Jesus conhecendo os seus pensamentos” (Mateus 9:4); Jesus sabia desde o princípio quem eram os que não criam, e quem era o que o havia de entregar” (João 6:64); “Em quem estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência” (Colossenses 2:3). Onipresença: “Eu estou convosco sempre” (Mateus 28:20); “A plenitude daquele que cumpre tudo em todos” (Efésios 1:23). Criação: “Todas as coisas foram feitas por ele; e sem ele nada

do que foi feito se fez” (João 1:3); “O Mundo foi feito por ele” (João 1:10); “Porque nele foram criadas todas as coisas que há nos céus e na terra, visíveis e invisíveis, sejam troncos, sejam dominações, sejam principados, sejam potestades: tudo foi criado por ele e para ele; e ele é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem por ele” (Colossenses 1:16,17); “Sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder” (Hebreus 1:3). Ressuscitando os mortos: “E (Deus o Pai) deu-lhe (ao Filho) o poder de exercer o juízo... porque vem a hora em que todos os que estão nos sepulcros ouvirão a Sua voz. E os que fizeram o bem sairão para a ressurreição da vida; e, os que fizeram o mal para a ressurreição da condenação” (João 5:27-29). Julgamento de todos os homens: “E quando o Filho do homem vier em sua glória, e todos os santos anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória; e todas as nações serão reunidas diante dele, e apartará uns dos outros, como o pastor aparta dos bodes as ovelhas; e porá as ovelhas à sua direita, mas os bodes à esquerda. Então dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai, possuí por herança o reino que vos está preparado, desde a fundação do mundo... então dirá aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o Diabo e seus anjos... E estes irão para o tormento eterno, mas os justos para a vida eterna” (Mateus 25:31-46). Oração e adoração devem ser dirigidas a Cristo: “Se pedirdes alguma coisa em meu nome eu o farei” (João 14:14); “Ele se apartou deles e foi elevado ao céu. E adorando-o eles...” (Lucas 24:51,52); “Estevão... dizia: Senhor Jesus, recebe o meu espírito” (Atos 7:59); todos devem “honrar o Filho, como honram o Pai. Quem não honra o Filho, não honra o Pai que o enviou” (João 5:23); “Crê no Senhor Jesus Cristo e serás salvo” (Atos 16:31); “E todos os anjos de Deus o adorem” (Hebreus 1:6); “Para que ao nome de Jesus se dobre todo o joelho... e toda a língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para glória de Deus Pai” (Filipenses 2:10,11); “Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo” (2Pedro 3:18); “Jesus Cristo, ao qual seja glória para todo o sempre” (Hebreus 13:21); e ao compararmos estes dois versículos com afirmações tais como as que temos em Isaías: “Olhai para mim, e sereis salvos, vós, todos os termos da terra; porque eu sou Deus, e não há outro” (Isaías 45:22), e em Jeremias: “Assim diz o Senhor: Maldito o homem que confia no homem, e faz da carne o seu braço” (17:5), enfrentamos o seguinte dilema: ou a doutrina cristã da trindade é verdadeira, ou as Escrituras se contradizem: ou as Escrituras reconhecem mais do que um Deus, ou Cristo, juntamente com o Pai e com o Espírito Santo, formam um só Deus.

Todos estes atributos de santidade, eternidade, vida, imutabilidade, onipotência, onisciência, onipresença, criação, providência, ressurreição dos mortos, julgamento de todos os homens, oração e culto, devidos a Cristo, ensinam, de forma bem clara, a sua divindade. Tais atitudes de culto, se fossem dirigidas a uma criatura, seriam uma verdadeira idolatria!

c) O Espírito Santo é Deus: “Disse Pedro: Ananias, por que encheu Satanás o teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo?... Não mentiste aos homens, mas a Deus” (Atos 5:3,4); “Porque, qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o espírito do homem que nele está? Assim, também, ninguém sabe as coisas de Deus, senão o Espírito de Deus” (1Coríntios 2:11); “Mas, quando vier o Consolador, que eu, da parte do Pai, vos hei-de enviar, aquele Espírito de verdade, que procede do Pai, ele testificará de mim” (João 15:26). Na fórmula batismal, “Ide, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo” (Mateus 28:19) e na bênção apostólica, “A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo seja com vós todos ! Amém” (2Coríntios 13:13), o Espírito Santo é colocado em igualdade absoluta com o Pai e com o Filho, como Deus, e é considerado, de maneira idêntica com eles, como origem de todo o poder e de todas as bênçãos.

Há muitos, mesmo entre aqueles que se dizem cristãos, que não têm um conceito mais elevado do Espírito Santo, que seja, apenas, um poder ou uma influência sobrenatural de Deus, impessoal e misteriosa. É certo que no Velho Testamento, em que se destacava a unidade de Deus, as referências feitas ao Espírito Santo, embora fosse possível aplicar a uma pessoa distinta, se entendiam, de modo geral, como designando, simplesmente, o poder ou influência de Deus. Mas na revelação, mais ampla, do Novo Testamento, vê-se, nitidamente, a personalidade distinta do Espírito Santo. Não o podemos mais considerar meramente como sendo um poder divino ou influência, mas sim, como uma Pessoa divina. Algumas pessoas, mesmo nas igrejas cristãs, falam do Espírito Santo como algo impessoal, embora, na verdade, se refletissem um pouco, veriam que ele é, na realidade, pessoal.

Que o Espírito Santo é uma Pessoa é uma verdade claramente ensinada nas seguintes passagens: “E disse o Espírito a Filipe: Chega-te, e ajunta-te a esse carro” (Atos 8:29). “Disse-lhe o Espírito (a Pedro): Eis que três varões te buscam. Levanta-te, pois e desce, e vai com eles, não duvidando, porque eu os envieï” (Atos 10:19,20). “Disse o Espírito Santo: Aparta-me a Barnabé e a Saulo para a obra a que os tenho chamado” (Atos 13:2). “Na mesma hora, vos ensinará o Espírito Santo o que vos convenha falar” (Lucas 12:12). “Mas, quando vier aquele Espírito de verdade, ele vos guiará em toda a verdade; porque não falará de si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará o que há-de vir. Ele me glorificará, porque há-de receber do que é meu, e vo-lo há-de anunciar” (João 16:13,14). “E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre; o Espírito de verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê, nem o conhece; mas vós o conheceis, porque habita convosco, e estará em vós” (João 14:16,17) — e aqui o Espírito Santo é chamado “Consolador”, na referência marginal “Advogado”, isto é, um que é chamado para se colocar ao nosso lado, para ser o nosso Guia, Mestre, Instrutor, Fiador; e, pela natureza do caso, portanto, ele tem que ser uma Pessoa. Numa passagem paralela, fala-se de Cristo de forma semelhante: “Temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo” (1João 2:1). “O mesmo Espírito intercede por nós, com gemidos inexprimíveis” (Romanos 8:26). “Não entristeçais o Espírito Santo de Deus” (Efésios 4:30). “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas” (Apocalipse 2:17). “Todo o pecado e blasfêmia se perdoará aos homens; mas a blasfêmia contra o Espírito não será perdoada aos homens. E, se qualquer disser alguma palavra contra o Filho do homem, ser-lhe-á perdoado; mas, se alguém falar contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem neste século, nem no futuro” (Mateus 12:31,32). A linguagem aqui usada implica que é impossível cometer um pecado contra uma maior divindade que o Espírito Santo, e que, de todos os pecados, o pecado contra o Espírito Santo é o maior, tanto na sua natureza, como pelas suas conseqüências; tudo isso implica a sua dignidade e divindade eternas.

Palavras que no Velho Testamento são atribuídas a Deus, são apresentadas, mais especificamente, no Novo Testamento, como tendo sido ditas pelo Espírito Santo (vide Jeremias 31:33,34 e Hebreus 10:15-17; Salmo 95:7-11 e Hebreus 3:7-11; Isaías 6:9,10 e Atos 28:25-27). No Velho Testamento lemos que o Espírito Santo fez surgir ordem do caos existente antes da Criação (Gênesis 1:2); e ele se esforçou para conduzir aos homens antediluvianos em caminhos de justiça (Gênesis 6:3); preparou alguns homens para serem profetas (Números 11:26 e 29); ensinou os Israelitas, como um povo (Neemias 9:20); desceu sobre Isaías e capacitou-o a ser um profeta (61:1), e fez com que Ezequiel fosse e pregasse aos que estavam no cativeiro (3:12-15). No Novo Testamento, o milagre do nascimento virginal de Cristo é operado pelo seu poder (Lucas 1:35); desceu sobre Jesus quando do seu batismo, e preparou-o para o ministério público (Mateus 3:16); Jesus prometeu que ele viria como Consolador e Mestre para os discípulos (João 16:7-13); desceu sobre os discípulos

no dia do Pentecostes e habilitou-os para serem missionários em todo o mundo (Atos 2:1-42); evitou que Paulo fosse numa direção e mandou-o noutra diferente (Atos 16:6-10); dá dons e talentos diversos a indivíduos diferentes (1Coríntios 12:4-31); realiza o trabalho sobrenatural da regeneração da alma do homem (Tito 3:5, João 3:5); inspirou os profetas e os apóstolos a falarem e a escreverem no nome de Deus, de tal maneira que o que escreveram e disseram era, verdadeiramente, a sua palavra para o povo (2Pedro 1:20,21); nas obras de regeneração da alma do homem (Tito 3:5, João 3:5); **indivíduo do povo de Deus, a redenção objetiva que Cristo efetuou na cruz e dirige, em geral, o progresso da Igreja.** É assim, apresentado como sendo o Autor da ordem e da beleza no mundo físico, e da fé e da santidade no mundo espiritual.

O Espírito Santo é apresentado, em todas as Escrituras, como sendo uma Pessoa distinta, com mente, vontade e poder próprios. O batismo é administrado em seu nome. É associado, constantemente, com as duas outras Pessoas, o Pai e o Filho, cujas personalidades distintas são reconhecidas — fenômeno esse que só conduziria a uma completa confusão, não fora ele também uma Pessoa distinta. Usam-se os pronomes pessoais masculinos “ele”, “o”, “eu”, “me”, pronomes esses que só se podem usar, inteligentemente, na língua original que, como a inglesa, tem outros pronomes para coisas, quando aplicados a uma Pessoa. Ocorrem tão freqüentemente, em todas as narrativas, que não podem ser postos de lado como sendo uma tendência para personificar uma força impessoal. Dizer que o Espírito Santo é um Agente vivo, consciente, com vontade e poder, é tão evidente e concludente, como dizer que dois e dois são quatro.

Após termos estabelecido a personalidade do Espírito Santo, poucos haverá que neguem a sua divindade. É evidente que ele não é uma criatura e, portanto, aqueles que admitem a sua personalidade, sem qualquer dificuldade reconhecem a sua divindade. A maioria das seitas heréticas que afirmam que Cristo foi um mero homem, igualmente afirmam, de acordo com essa heresia, que o Espírito Santo é apenas um poder ou influência. Era este o ponto de vista defendido pelos Gnósticos e Socinianos, e hoje o que os Unitarianos e racionalistas defendem.

Pode parecer estranho que haja dúvidas a respeito da personalidade do Espírito Santo; no entanto, como dizia o Dr. A. H. Strong:

“É evidente que, nas Escrituras, não se força a personalidade do Espírito Santo, como seria o caso se ele (que inspirou os profetas naquilo que escreveram) desejasse chamar a atenção sobre si. O Espírito Santo não se mostra a si, mas sim, a Cristo. À semelhança de João Batista, ele é apenas uma voz, e nisto é um exemplo para os pregadores cristãos, que são feitos ‘capazes de ser ministros... do espírito’ (2Coríntios 3:6). A sua direção é, pois, muitas vezes imperceptível; ele se une, de tal maneira, a nós, que só percebemos a sua presença pela maneira, nova e santa, que as nossas mentes são exercitadas; ele continua a sua obra em nós, mesmo quando não se faz caso da sua presença e a sua pureza é ultrajada pelos nossos pecados” (*Systematic Theology*, p. 324).

III. As expressões “Pai, “Filho” e “Espírito Santo” designam Pessoas distintas, objetivas entre si

As expressões Pai, Filho e Espírito Santo não designam apenas as diferentes relações que Deus assume para com as suas criaturas. Não são análogas com as expressões Criador, Conservador e Benfeitor, que exprimem essas relações, mas são os nomes próprios de sujeitos

diferentes, que são distintos entre si, tal como uma pessoa se distingue de outra. Que isto é assim, é evidente das seguintes relações pessoais que têm entre si:

a) Usam mutuamente os pronomes eu, tu, ele, quando falam um do outro, ou entre si: “Este é o meu amado Filho, em quem me comprazo; a ele ouvi” (Mateus 17:5); “Pai, é chegada a hora; glorifica a teu Filho, para que também o teu Filho te glorifique a ti” (João 17:1). “Saí do Pai, e vim ao mundo; outra vez deixo o mundo, e vou para o Pai” (João 16:28). “Quando vier aquele Espírito de Verdade, ele vos guiará em toda a verdade; porque não falará de si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará o que há-de vir” (João 16:13).

b) O Pai ama o Filho, e o Filho ama o Pai. O Espírito Santo glorifica o Filho: “O Pai ama o Filho, e todas as coisas entregou em suas mãos” (João 3:35). “Tenho guardado os mandamentos de meu Pai, e permaneço no seu amor” (João 15:10). “Ele (o Espírito Santo) me glorificará, porque há-de receber do que é meu, e vo-lo há-de anunciar (João 16:14).

c) O Filho ora ao Pai. “E agora glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo, com aquela glória que tinha contigo, antes que o mundo existisse” (João 17:5). “E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre” (João 14:16).

d) O Pai envia o Filho, e o Filho e o Pai enviam o Espírito Santo que atua como seu agente. “Quem vos recebe, a mim me recebe; e quem me recebe a mim, recebe aquele que me enviou” (Mateus 10:40) “Assim como tu me enviaste ao mundo” (João 17:18). “E a vida eterna é esta: que te conheçam, a ti só, único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste” (João 17:3). “Mas aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito” (João 14:26). “Vos convém que eu vá; porque, se eu não for, o Consolador não vira a vós; mas, se eu for, enviar-vos-lo-ei” (João 16:7)

Vemos, assim, que as Pessoas da Divindade são tão distintas, que falam umas às outras, amam-se umas as outras, o Pai envia o Filho, o Pai e o Filho enviam o Espírito Santo, o Filho ora ao Pai, e nós podemos orar a cada um deles. Agem como sujeito e como objeto e cada um deles tem uma determinada tarefa a cumprir. Dizemos que são Pessoas distintas, pois só uma Pessoa pode dizer “eu”, e só a uma Pessoa podemos tratar por “tu” ou por “vós”, e só uma Pessoa pode agir e ser objeto duma ação.

Portanto, a doutrina da Trindade é apenas a síntese destes fatos. Depois de dizermos estas três coisas — que há um só Deus, que o Pai, o Filho e o Espírito Santo é, cada qual, Deus, e que o Pai, o Filho e o Espírito Santo é, cada qual, uma Pessoa distinta — enunciamos a doutrina da Trindade, na sua plenitude. É esta a forma em que se encontra nas Escrituras, e é esta, também, a forma como entrou na fé cristã.

3. MAIS PROVAS DAS ESCRITURAS

Embora não haja uma única passagem nas Escrituras que apresente a doutrina da Trindade numa declaração formal, em forma de credo, há inúmeras passagens em que as Três Pessoas são mencionadas, de tal maneira que se apresenta, ao mesmo tempo, a sua unidade e a sua distinção. A passagem mais importante é a Grande Comissão, dada em Mateus 28:19, onde é ensinado que o batismo seja administrado “no nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo”. Neste rito iniciatório da religião cristã, a doutrina da Trindade é apresentada, deliberadamente, de tal maneira, que é posta perante nós como uma doutrina fundamental da nossa fé. “O que aqui vemos”, diz o Dr. Warfield, “é a declaração autorizada da Trindade, como o Deus da Cristandade, pelo seu Fundador, numa das mais solenes das suas declarações registradas. Israel adorou ao único Deus verdadeiro, pelo nome de Jeová; os cristãos devem adorar ao mesmo, único e verdadeiro Deus, pelo Nome de “Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo”. Eis a característica que distingue os cristãos; e o mesmo é dizer que a doutrina da Trindade é, de acordo com a própria declaração do Senhor, a marca distintiva da religião que ele fundou” (*Biblical Doctrines*, pg. 155).

A Bênção Apostólica, “A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Santo Espírito” (2Coríntios 13:13), que é uma oração a Cristo, pela sua graça, ao Pai, pelo seu amor, e ao Espírito Santo, pela sua comunhão — tem o mesmo objetivo. Nesta fórmula, tal como na do batismo, pressupõe-se a Divindade e, por conseqüência, a igualdade de cada uma das Pessoas da Divindade; e não há nenhuma outra interpretação, racionalmente aceitável, exceto a que a Igreja tem mantido através dos séculos, isto é, que Deus existe em três Pessoas, e que essas três Pessoas são um em substância, iguais em poder e glória.

Na narrativa do batismo do nosso Senhor, achamos um ensino tão claro no tocante à realidade da Trindade, quanto se possa razoavelmente exigir — Cristo, o Filho, estava ali, em forma humana, visível a toda a gente, a voz de Deus falou dos céus, dizendo: “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo”, e o Espírito Santo desceu, como uma pomba, sobre Cristo (Mateus 3:16-17).

Estas três pessoas divinas aparecem de novo quando do anúncio do nascimento de Jesus: “E respondendo o anjo, disse-lhe: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo te cobrirá, com a sua sombra; pelo que também o Santo, que de ti há-de nascer, será chamado Filho de Deus” (Lucas 1:35). Lemos aqui da vinda do Espírito Santo, do poder do Altíssimo, e ouvimos dizer que a criança será conhecida como Filho de Deus. Também na passagem paralela em Mateus 1:18-23 se fala das três Pessoas da Trindade.

A distinção entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo é proclamada por Jesus Cristo quando diz: “Mas, quando vier o Consolador, que eu, da parte do Pai, vos hei-de enviar, ...ele testemunhará de mim” (João 15:26).

Na oração e discurso finais (João caps. 14 a 17), Jesus Cristo falou ao Pai e do Pai, e prometeu enviar um outro Consolador, o Espírito Santo, que havia de guiar, ensinar e inspirar os discípulos. De novo aqui se reconhecem, de forma bem evidente, a personalidade e a divindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

O ensino de Jesus Cristo é, evidentemente, trinitariano, do princípio ao fim. De acordo com o conceito hebraico de filiação — que aquilo que o pai for, o filho será também — ele afirmou ser o Filho de Deus (Mateus 9:27; 24:36; Marcos 8:31; Lucas 10:22; João 9:35-37; 11:4); e os

judeus, compreendendo o significado exato das suas palavras, entenderam que ele afirmara “ser igual a Deus” (João 5:18) ou, de forma mais sucinta, compreenderam ter ele dito ser “Deus” (João 10:33). Declara que conhece o Pai, e que o Pai o conhece, com um conhecimento mútuo e perfeito: “Tudo por meu Pai me foi entregue; e ninguém conhece quem é o Filho senão o Pai, nem quem é o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Lucas 10:22; ver também Mateus 11:27). O título “Filho de Deus”, com um significado tal que implica uma comunhão absoluta com Deus Pai, em conhecimento e poder, é-lhe atribuído e ele aceita-o (Mateus 8:29; 14:33; 27:40; Marcos 3:11; Lucas 4:41; 22:70; João 1:34,49; 11:27). Mas, enquanto que ele afirma que o seu Lar eterno é nas profundidades do ser divino, ele declara, em linguagem igualmente clara, a distinção que havia entre ele e o Pai: “Disse-lhes, pois, Jesus: Se Deus fosse o vosso Pai, certamente me amaríeis, pois que eu saí, e vim de Deus; não vim de mim mesmo, mas ele me enviou” (João 8:42). E aos seus discípulos disse: “Naquele dia pedireis em meu nome, e não vos digo que eu rogarei por vós ao Pai; pois o mesmo Pai vos ama; visto como vós me amastes, e crestes que saí de Deus. Saí do Pai, e vim ao mundo; outra vez deixo o mundo, e vou para o Pai” (João 16:26-28).

Deste modo, a nossa razão principal para acreditarmos na doutrina da Trindade não é, como já dissemos, devido a uma tendência geral do pensamento humano para seguir nessa direção, nem tão-pouco em virtude de quaisquer analogias na natureza, mas apenas porque é uma doutrina revelada, de forma clara, na Bíblia. Para aqueles que aceitam a autoridade das Escrituras, a evidência é concludente. Não queremos aqui argumentar com aqueles que negam essa autoridade, mas apontamos aos tais a doutrina cristã da inspiração das Escrituras. A menos que estejamos de acordo em que as Escrituras são uma revelação autorizada de Deus, é inútil argumentar a respeito da doutrina da Trindade. Os cristãos acham as provas da veracidade da Bíblia tão convincentes, que se sentem obrigados a aceitar aquilo que ela ensina a respeito da Trindade, ainda que as nossas mentes finitas não sejam capazes de apreender todo o seu significado.

No entanto, ainda que a evidência a favor da doutrina da Trindade se encontre na Bíblia, também é verdade que, como acontece com as outras doutrinas da Igreja Cristã, não existe lugar algum em que esta doutrina seja apresentada de maneira completa e sistemática. Os vários elementos da doutrina, como seja a unidade de Deus, a Divindade igual e verdadeira do Pai, do Filho e do Espírito Santo, a sua personalidade distinta, as relações que têm entre si, com a Igreja, e com o mundo, etc., embora estejam expressas de forma bem clara no Novo Testamento, encontram-se espalhadas por toda a Bíblia, do primeiro capítulo de Gênesis até ao último capítulo do Apocalipse. Só verificando estes elementos separadamente, como temos tentado fazer, é que a verdade da doutrina completa é desenvolvida de forma satisfatória. A doutrina é apresentada nas Escrituras, não numa definição formulada, mas em alusões fragmentadas; e é só quando reunimos os *disjecta membra* numa unidade orgânica que podemos compreender o seu significado completo. Está nas Escrituras como, poderíamos dizer, em solução, e só se apresenta de forma bem clara quando é cristalizada dos seus solventes. A Bíblia não é um compêndio de Teologia Sistemática, mas apenas uma pedra na qual se acham as pedras para semelhante templo. Em vez de nos apresentar declarações formais de um sistema teológico, dá-nos uma massa de matérias-primas que devem ser organizadas e sistematizadas, e compostas nas suas relações orgânicas. Não encontramos, por exemplo, em parte alguma, uma declaração formal da inspiração das Escrituras, ou da soberania de Deus, ou da Pessoa de Cristo. A Bíblia dá-nos um relato da criação do mundo e do homem, da entrada do pecado, e do objetivo de Deus na remissão do homem do pecado. Fala, em especial, das relações misericordiosas de Deus com um determinado grupo de pessoas, os israelitas, e da fundação do Cristianismo; e os fatos doutrinários são apresentados

sem grande interesse pelas suas relações lógicas. Portanto, é necessário classificar e ordenar estes fatos doutrinários num sistema lógico, transformando-os assim em teologia. O fato do material da Bíblia não estar ordenado num sistema teológico está de acordo com a maneira de Deus agir em outros domínios da revelação. Não nos deu um sistema desenvolvido e completo de biologia, de astronomia, de economia ou de política. Encontramos apenas os fatos, sem ordem lógica, na natureza e na experiência, e temos que os desenvolver o melhor que nos for possível, num sistema. E, visto que as doutrinas não são apresentadas de forma sistemática e formal, é muito mais fácil, evidentemente, que surjam interpretações várias e falsas.

Pode causar surpresa a muita gente que, mesmo no Novo Testamento, não haja algo parecido com um tratamento sistemático da doutrina da Trindade, mas que haja apenas alusões acidentais. Porém, ainda que não apresente a doutrina com razões e argumentos, nem tão-pouco em forma de credo, o Novo Testamento pressupõe-na, por toda a parte; e a naturalidade e simplicidade, não estudadas, com que é apresentada, torna-a ainda mais impressiva e iluminadora. Não achamos apenas, aqui e ali, um texto ou outro, mas sim, uma tal riqueza de implicações trinitarianas, que, como diz o Dr. Bartlett:

“Surgem por toda a parte, em tal profusão, que o leitor reverente e sem preconceitos, em busca de luz sobre este assunto, fica, não perturbado, com a escassez de textos de prova, mas sim embaraçado com a sua riqueza” (*The Triune God*, pág. 22).

O Dr. Warfield mostra que todo o Novo Testamento está saturado de trinitarianismo:

“Jesus Cristo e o Espírito Santo são a prova fundamental da doutrina da Trindade. Isto é o mesmo que dizer que toda a evidência de qualquer espécie e de qualquer fonte, de que Jesus Cristo é Deus manifesto em carne, e que o Espírito Santo é uma Pessoa Divina, constitui outra tanta evidência a favor da doutrina da Trindade; e, quando voltamos ao Novo Testamento buscando provas da Trindade, temos que procurá-las, não só em alusões à Trindade, como tal, ainda que numerosas e instrutivas, mas, principalmente, em toda a massa de evidência que o Novo Testamento apresenta a respeito da Divindade de Cristo e da personalidade Divina do Espírito Santo. Dizendo isto, dizemos, na verdade, que todo o Novo Testamento é uma prova da Trindade. Porquanto, na realidade, o Novo Testamento está saturado com evidências da Divindade de Cristo e da personalidade Divina de Espírito Santo” (*Biblical Doctrines*, pág. 146).

Que uma doutrina que, para nós, é tão difícil, tivesse tomado o seu lugar, silenciosa e imperceptivelmente entre as verdades cristãs, sem luta nem controvérsia, mesmo às mãos dum povo que se tornara tão arraigadamente monoteísta, é, na verdade, um dos fenômenos mais notáveis da História do pensamento humano. A explicação, porém, não está longe. Tinham-se dado desenvolvimentos extraordinários entre o fim do Antigo Testamento e o início do Novo. Para citar, de novo, o Dr. Warfield:

“Levar-nos-ia um pouco longe, no nosso progresso, observar (como tem sido costume observar, desde o tempo de Gregório de Nazianzo) o que foi a tarefa da revelação do Antigo Testamento fixar, firmemente, nas mentes e nos corações do povo de Deus a grande verdade fundamental da unidade da Divindade; e seria perigoso falar-lhes da pluralidade, dentro desta unidade, até que isso se cumprisse. Porém, a verdadeira razão para a demora, na revelação da Trindade, está alicerçada no desenvolvimento secular

do objetivo redentor de Deus; não se estava ainda preparado para a revelação da Trindade na unidade da Divindade, até que chegasse a plenitude dos tempos para Deus enviar o seu Filho para redenção, e o seu Espírito para santificação. A revelação, por palavras, deve esperar pela revelação por meio dos fatos, à qual traz a necessária explicação, sem dúvida, mas da qual deriva todo o seu significado e valor. A revelação duma Trindade na unidade Divina como uma mera verdade abstrata, sem relação com um fato manifesto, e sem significado para o desenvolvimento do Reino de Deus, teria sido estranho a todo o método de ação divina, conforme exposto nas páginas das Escrituras” (*Biblical Doctrines*, pág. 145).

A revelação de que Deus existe em três Pessoas, Pai, Filho e Espírito Santo, é, na verdade, a única base em que a doutrina cristã da redenção pode ser inteligentemente apresentada. Por isso, a revelação a respeito da pluralidade de Pessoas na Divindade não é dada com o mero objetivo de apresentar algo confuso e inescrutável à razão humana, mas como um passo necessário na revelação, muito mais completa, concernente ao plano de salvação. A encarnação de Deus, o Filho, e a efusão do Espírito Santo, no dia de Pentecostes, marcam dois tremendos avanços no plano divino. A revelação da Trindade era incidental no desenvolvimento, mais pleno, do plano, da salvação e, quando os livros do Novo Testamento foram escritos, a doutrina era já propriedade comum dos crentes cristãos. Assim, falando e escrevendo, entre si, partiam deste conceito trinitário comum, em vez de ensinarem uns aos outros algo em que não havia diferenças, e o resultado é que encontramos a doutrina aceita, em toda a parte, apresentada antes na forma de alusões que não em ensino direto.

4. A TRINDADE NO ANTIGO TESTAMENTO

Verificamos, em relação a todas as grandes doutrinas da Bíblia, que a revelação foi progressiva. Aquilo que, primeiramente, é apenas uma leve indicação, torna-se, com o andar dos tempos, claro e pleno. A alusão, muito vaga, no Antigo Testamento, coincide, de modo perfeito, com a revelação mais completa no Novo. Como, com a nossa vista física, Deus não permite que o Sol surja de repente, em todo o seu esplendor, e, com a luz tão forte e gloriosa, nos cegue, do mesmo modo, ele tomou em conta a nossa vista espiritual, imatura; não se revelou, primeiramente, na personalidade maravilhosa do Messias, o Sol da Justiça, e na personalidade do Espírito Santo, mas revelou-se, gradualmente, preceito após preceito, linha após linha, um pouco aqui, um pouco ali, até que o nosso entendimento estivesse preparado para receber toda a verdade. Visto que a doutrina da Trindade é uma que tem a sua origem na redenção completada, tal como ela se nos apresenta no Novo Testamento, e não pode ser compreendida, inteligentemente, aparte dessa redenção; não podemos esperar vê-la apresentada, com clareza, no Antigo Testamento. E, no entanto, se esta doutrina é uma parte vital e necessária do sistema cristão, deveríamos esperar que, pelo menos, existissem algumas antecipações ou indicações. E tal acontece, na verdade.

“O Antigo Testamento”, diz o Dr. Warfield, “pode ser comparado a uma câmara ricamente mobilada, mas iluminada fracamente; a introdução da luz nada traz que lá não estivesse antes; mas mostra, de forma mais clara, muito do que, antes, era fracamente, ou mesmo nada, percebido. O mistério da Trindade não é revelado no Antigo Testamento; mas o mistério da Trindade está por detrás da revelação do Antigo Testamento e, aqui e acolá, está quase a dar-se a perceber. Deste modo, a revelação de Deus no Antigo Testamento não é corrigida pela revelação mais completa que se segue, mas é apenas aperfeiçoada, ampliada e aumentada” (*Biblical Doctrines*, pg. 142).

A maneira ordenada e progressiva como estas doutrinas são reveladas, através dos escritos sucessivos nos 66 livros, e cobrindo um período de cerca de 1.500 anos, é um dos argumentos mais fortes da origem divina da Bíblia. Tudo quanto está na árvore adulta se encontra, potencialmente, na semente, e, por isso, encontramos que as doutrinas reveladas, de forma tão clara, no Novo Testamento, tinham sido já apresentadas, de forma rudimentar, nos primeiros capítulos de Gênesis. Isto é assim em relação a doutrinas como a redenção, a Pessoa e a Obra do Messias, a natureza do Espírito Santo e a vida futura. Mas não é mais verdadeira em relação a nenhuma outra doutrina do que em relação à Trindade. O Espírito Santo permitiu alusões indiretas à Trindade, quando presidiu à redação dos livros, mas não há razões para supor que a verdade tivesse sido apreendida, de forma adequada, até mesmo pelos próprios profetas. A doutrina, em si, esteve velada, e conservada em reserva, até que a obra afim, de Cristo, na redenção, a tornou inteligível à razão humana.

O Antigo Testamento salienta, pois, a unidade de Deus e tomam-se cuidados especiais para não agravar a tendência constante de Israel para o politeísmo. Uma revelação prematura da Trindade podia ser um obstáculo para o progresso religioso; porque a raça então, como a criança, atualmente, precisava de aprender primeiro a unidade de Deus, antes que lhe fosse possível aprender, com proveito, a Trindade. De outro modo, talvez tivesse caído em triteísmo. Abraão, na Caldeia, e os Israelitas, no Egito, e mais tarde, na Palestina, precisavam de ser protegidos contra a tendência, quase universal para o politeísmo. O primeiro e o maior dos mandamentos do Decálogo, era dirigido contra o politeísmo, e o segundo em lugar e importância era dirigido contra a idolatria, com a sua forte tendência para o politeísmo. Isto foi feito penetrar, através dos séculos, na consciência de Israel, e ficou estabelecido como uma

verdade da máxima importância; depois, finalmente, um novo dia raiou, o Messias veio viver, pessoalmente, no meio do seu povo, ensinando-o, e o Espírito Santo foi manifestado, em poder, na Igreja primitiva. A Igreja estava, então, pronta para a verdade de que, embora Deus seja um, apesar disso, ele existe em três Pessoas. Mesmo após a revelação do Novo Testamento, o homem tem achado difícil apresentar a doutrina da Trindade sem se aproximar de Triteísmo, por um lado, e do Modalismo, ou Unitarianismo, por outro lado.

NOMES E PRONOMES NO PLURAL

Logo no primeiro capítulo de Gênesis, assim como em vários outros lugares, verificamos que os nomes de Deus estão no plural, *Elohim*, e, também, *Adonai*; e a estes plurais do nome divino, juntam-se, em geral, verbos e adjetivos no singular — um fenômeno extraordinário, dado que em Hebraico existe uma palavra singular El, para Deus. Em conjunto com os nomes plurais, Deus usa, por vezes, pronomes plurais, referindo-se a si mesmo: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme à nossa semelhança” (Gênesis 1:26,27); “Então disse o Senhor Deus: Eis que o homem é como um de nós, sabendo o bem e o mal” (falando de Adão, depois da queda) (Gênesis 3:22); “Eia, desçamos, e confundamos ali a sua língua” (na Torre de Babel) (Gênesis 11:7); “Ouvi a voz do Senhor, que dizia: a quem enviarei, e quem há-de ir por nós” (Isaías 6:8). Existe, nestes versículos, conselho adentro da Trindade, Deus falando consigo próprio. Ele não se aconselha, nem pede conselhos, de anjos, como houve quem sugerisse; porquanto os anjos não foram seus conselheiros mas seus servos, e, tal como o homem, muito inferiores a ele em conhecimento. Na própria natureza divina, ensina-nos a Bíblia, se deve encontrar essa pluralidade de poderes pessoais, que o politeísmo separa e procura adorar isoladamente. As palavras de Moisés, tantas vezes citadas, hoje, pelos judeus, “Ouve, Israel, o Senhor teu Deus, é o único Senhor” (Deuteronômio 6:4), são, em Hebraico, palavras no plural. “Jeová, nosso *Elohim*, é um só Jeová”, sendo a palavra *Elohim* plural, isto mostra que Deus, o Senhor, na sua maneira de ser e nos pactos firmados por ele com os homens, é mais do que um, ainda que “um só Jeová, quanto à essência do seu ser.

O ANJO DE JEOVÁ

Muito importante é o fato de que, começando no livro de Gênesis, e prosseguindo, cada vez com mais nitidez, através dos outros livros do Antigo Testamento, encontramos uma distinção entre Jeová e o Anjo de Jeová, que se apresenta como um em essência, com Jeová, porém distinto dele. Tal acontecimento, em que Deus toma a forma dum anjo ou dum homem, para falar, visível e audivelmente, ao homem, é vulgarmente chamado uma “teofania”. À medida que a revelação vai sendo desenvolvida, mediante uma sucessão de profetas, verificamos que títulos divinos, e adoração divina, são dados a este Anjo, e que este os aceita; que ele se revela como um ser eterno, o Deus Todo-Poderoso, o Príncipe da Paz, o Adonai, o Senhor de Davi; que vai nascer duma virgem; que ele será desprezado e rejeitado dos homens, varão de dores e experimentado em trabalhos; que ele levará sobre si o pecado de muitos e que, acima de tudo, estabelecerá o reino de justiça, que aumentará até encher toda a terra. Estas profecias, como o Novo Testamento mostra, foram cumpridas em Cristo, a segunda Pessoa da Trindade, que na sua qualidade divino-humana, operou a redenção do seu povo e que há-de reinar até que todos os seus inimigos sejam postos debaixo dos seus pés.

Em Gênesis 16:7-13, temos a narração de uma teofania, em que o Anjo de Jeová apareceu a Agar, no deserto, mandou-a regressar para junto da sua senhora e prometeu-lhe que multiplicaria grandemente a sua semente. Ora, é evidente que nenhum anjo, criado, falando

em seu próprio nome, poderia arrogar a si tal autoridade. Estamos aqui perante o próprio Deus, numa manifestação totalmente diferente; e Agar, compreendendo esta grande verdade, “chamou o nome do SENHOR que com ela falava: Tu és Deus da vista, porque disse: Não olhei eu também para aquele que me vê?”.

Em Gênesis 18:1 a 19:29, temos uma revelação notável de Deus a Abraão, com a idéia da Trindade, como fundo. Lemos: “Depois apareceu-lhe o SENHOR nos carvalhais de Mamre... e levantou os seus olhos, e olhou, e eis três varões estavam em pé junto dele. E vendo-os... inclinou-se à terra, e disse: Meu Senhor, se agora tenho achado graça aos teus olhos... E disseram-lhe: Onde está Sara, tua mulher? E ele disse: Ei-la aí está na tenda. E disse: Certamente tomarei a ti por este tempo da vida; e eis que Sara tua mulher terá um filho. E ouviu-o Sara à porta da tenda, que estava atrás dele. E eram Abraão e Sara já velhos, e adiantados em idade... Assim pois riu-se Sara consigo... E disse o Senhor a Abraão: Por que se riu Sara ? Haveria coisa alguma difícil ao Senhor?”. Embora os visitantes apareçam como três homens, isto é, três pessoas, Abraão dirige-se a eles no singular, e, em toda esta passagem, as referências no singular para Jeová, e as referências no plural para com os três homens, usam-se indiferentemente. E, depois dos dois “homens” terem partido em direção de Sodoma, Jeová continua com Abraão que lhe suplica que poupe a cidade. E, no entanto, quando os dois homens aparecem a Ló, em Sodoma, é Jeová que lhe fala. “Aqueles varões lhe pegaram pela mão, e pela mão de sua mulher, e pela mão de suas duas filhas... E... tirando-os fora, disse: Escapa-te por tua vida... E LÓ disse-lhes (no original no plural) ...para ali me escaparei (para Zoar) ...E Ele (Jeová) disse-lhe: Eis aqui, tenho-te aceitado também neste negócio, para não derribar esta cidade, de que falaste”. Por outras palavras, Jeová, que apareceu a Abraão, e os três homens que Abraão viu eram, aparentemente, os mesmos, e Jeová que apareceu a Ló e os dois homens que Ló viu, eram, aparentemente, os mesmos.

Em Gênesis 22:1-19, temos referência a Deus, e também a um que é “o Anjo de Jeová”. No versículo 2, Deus mandou a Abraão: “Toma agora o teu filho... e oferece-o ali em holocausto”, enquanto que no versículo 12, o Anjo de Jeová retira e nulifica o mandamento de Deus, com as palavras: “Não estendas as tuas mãos sobre o moço”. Nos versículos 15 a 18, este Anjo de Jeová jura por si, como Jeová dizendo que ele é Jeová, e dá a Abraão a promessa de uma bênção tríplice.

Em Gênesis 32:22-32, Jeová aparece a Jacó na forma de um personagem misterioso, que luta com ele toda a noite. De manhã, Jacó compreendeu que estivera face a face com Deus, e pediu a sua bênção. Chamou ao lugar “Peniel”, porque dizia: “Tenho visto a Deus face a face”.

O Anjo de Jeová apareceu a Moisés na sarça ardente e mandou-o voltar para o Egito, para libertar os Israelitas. Prometeu a Moisés que estaria com eles e que os tiraria do Egito (Êxodo 3:1-22). Nesta passagem, as expressões “Deus” e “o Anjo de Jeová” são usadas indiferentemente. Um pouco depois, Deus falou com Moisés, no Monte Sinai, e deu-lhe os Dez Mandamentos. No Novo Testamento, Estevão diz-nos que era o Anjo que falou com Moisés no Monte Sinai (Atos 7:38), e Paulo diz, especificamente, que Cristo era a “rocha” espiritual que seguiu os Israelitas na sua viagem no deserto (1Coríntios 10:4).

Em Êxodo 23:20-23, Deus, falando por intermédio de Moisés, promete enviar o seu Anjo à frente dos filhos de Israel para os guardar e os levar até à Terra Prometida. Foram avisados, especialmente, a respeito deste anjo. “Guarda-te diante dele, e ouve a sua voz, e não o provoques à ira, porque não perdoará a vossa rebelião; porque o meu nome está nele”. Vemos

aqui que o Anjo de Jeová tem poder para perdoar pecados; este fato em si identifica-o com Jeová, pois que se nos ensina que só Deus pode perdoar pecados. No Novo Testamento, vemos que este poder e autoridade pertencem ao Senhor Jesus Cristo.

Em Deuteronômio 18:18,19, vemos uma profecia extraordinária, dada por intermédio de Moisés. “Eis lhes suscitarei um profeta do meio de seus irmãos, como tu; e porei as minhas palavras na sua boca, e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar. E será que, qualquer que não ouvir as minhas palavras, que ele falar em meu nome, eu o requererei dele”. A respeito desta profecia, diz o ex-Rabi Leopold Cohen:

“Todos os sábios judaicos admitiriam que não houve nenhum outro profeta semelhante a Moisés, fora de Jesus Cristo, o qual era ainda maior do que Moisés. O mandamento de Deus para lhe obedecer é prova de que este futuro profeta, assim prometido, é idêntico ao Anjo de Jeová de Êxodo 23:21. Além de todos estes nomes e características anteriores, Deus chama-o aqui profeta e diz-nos que nascerá duma mulher e será como um dos nossos irmãos. E notai, também, o castigo especial para a desobediência a esta Pessoa maravilhosa: “Eu o requererei dele”. Isto significa que, no caso de Israel desobedecer ao Messias, Deus castigará continuamente, até que se arrependam e obedeçam”. (No panfleto *The Trinity in the Old Testament*, pg. 8).

Em Josué 5:13-6:3, encontra-se registrada uma outra estranha aparição: “E sucedeu que, estando Josué ao pé de Jerico, levantou os seus olhos, e olhou; e eis que se pôs em pé, diante dele, um homem que tinha na mão uma espada nua: e chegou-se Josué a ele, e disse-lhe: És tu dos nossos, ou dos nossos inimigos? E disse ele: Não; mas venho agora como príncipe do exército do Senhor. Então Josué se prostrou sobre o seu rosto, na terra, e o adorou e disse-lhe: Que diz meu Senhor ao seu servo? Então disse o príncipe do exército do Senhor a Josué: Descalça os sapatos de teus pés, porque o lugar em que estás é santo. E fez Josué assim... Então disse o Senhor a Josué: Olha, tenho dado na tua mão a Jericó e ao seu rei, os seus valentes e valorosos...”. Este “homem”, este “príncipe do exército de Jeová”, que Josué descobriu ser o próprio Jeová, é, evidentemente, o Anjo prometido, que iria diante dos filhos de Israel, e os conduziria à Terra Prometida.

À luz do Novo Testamento, este Anjo de Jeová, que apareceu nos tempos do Antigo Testamento, que falou como Jeová, exercia o seu poder, recebia adoração e tinha autoridade para perdoar pecados, não podia ser senão o Senhor Jesus Cristo, que veio do Pai (João 16:18), fala por ele (João 3:34; 14:24), exerce o seu poder (Mateus 28:18), perdoa pecados (Mateus 9:2), e recebe adoração (Mateus 14:33; João 9:38). Deus, o Pai, não foi visto por alguém (João 1:18), nem podia ser enviado por nenhum outro; mas Deus, o Filho, foi visto (1João 1:1,2), e foi enviado (João 5:36). Não fora Cristo, a pergunta “quem será este personagem misterioso”, não teria resposta.

Alusões indiretas a uma complexidade de pessoas adentro da Trindade, encontram-se em numerosas outras passagens. Eis alguns exemplos: Disse o Senhor ao meu Senhor: Assenta-te à minha mão direita, até que ponha os teus inimigos por escabelo dos teus pés” (Salmo 110:1), passagem esta que, no Novo Testamento, Cristo usa como referindo-se a ele mesmo (Marcos 12:35-37). “Jeová me disse: Tu és meu Filho, eu hoje te gerei” (Salmo 2:7), que Paulo afirma se cumpriu em Cristo (Atos 13:33). “O teu trono, ó Deus, é eterno e perpétuo” (Salmo 45:6); e o escritor do livro de Hebreus diz-nos que isto se relaciona com Cristo e o seu Reino (Hebreus 1:18). A realidade é que as predições do Antigo Testamento, a respeito do Messias vindouro, como seja, que nasceria duma Virgem (Isaías 7:14), que nasceria em

Belém de Judá (Miquéias 5:2), que seria Filho de Davi e herdeiro do seu trono (2Samuel 7:12-16; Is. 9:7), que o principado estaria sobre os seus ombros, e que o seu nome seria Maravilhoso, Conselheiro, Deus forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz (Isaías 9:6), que operaria milagres, abrindo os olhos aos cegos e os ouvidos aos surdos, curando os coxos, e fazendo os mudos falar (Isaías 35:5,6), que seria um varão de dores, experimentado em trabalhos, sem formosura especial, que seria um Messias sofredor, ferido pelas nossas transgressões, e moído pelas nossas iniquidades, nosso substituto como sacrifício a Deus (Isaías 53:1-12), que viria, de repente, ao seu Templo (Malaquias 3:1), que, ao entrar oficialmente em Jerusalém, entraria humildemente, montado sobre um jumento (Zacarias 9:9), etc. — tomadas em ligação com as descrições de Aquele que é conhecido como o Anjo de Jeová—, foram dadas para que fosse possível ao povo reconhecer o Senhor Jesus Cristo, imediatamente, comparando estas descrições com as suas obras, e, aceitando-o, receber o perdão dos pecados.

O SANTO ESPÍRITO NO ANTIGO TESTAMENTO

Em geral, as referências, no Antigo Testamento, a respeito do Espírito Santo, eram tão indistintas, que pareciam referir-se apenas a uma energia ou influência, procedente de Deus. Em parte alguma se chama ao Espírito, especificamente, uma Pessoa; e, no entanto, quando se fala dele, é em termos que poderiam muito bem aplicar-se a uma pessoa. Lidos à luz do Novo Testamento, porém, há bastantes lugares em que se percebe que é uma Pessoa distinta. Eis alguns exemplos: “Quem guiou o Espírito do Senhor? e que conselheiro o ensinou?” (Isaías 40:13); “E deste o teu bom Espírito, para os ensinar” (Neemias 9:20); “Não retires de mim o teu Espírito Santo” (Salmo 51:11); “Para onde me irei do teu Espírito?” (Salmo 139:7); e, em Isaías 63:7-11, podemos dizer que nos surge a Trindade, pois que temos aqui uma referência a Jeová que é o Deus de Israel e que dá grandes bênçãos ao seu povo, ao “Anjo da sua face” que “foi seu Salvador”, e ao Santo Espírito que estava no seu meio e que foi “contristado” pela sua rebelião. É chamado, três vezes, “o Espírito Santo” (Salmo 51:11; Isaías 63:10,11). Alguns teólogos entenderam a tripla atribuição de louvor no cântico dos serafins “Santo, Santo, Santo é o Senhor dos Exércitos toda a terra está cheia da sua glória” (Isaías 6:3), com o seu paralelo no coro angélico do Apocalipse 4:8: “Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso, que era, e que é, e que há-de vir”, como uma referência à Trindade. Sem dúvida que a fórmula dada por Deus, que os sacerdotes usavam ao abençoar o povo “O Senhor te abençoe e te guarde; o Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti, e tenha misericórdia de ti; o Senhor sobre ti levante o seu rosto, e te dê a paz” (Números 6:24-26), encontra o seu complemento, com referência explícita à Trindade, na bênção apostólica da Igreja do Novo Testamento: “A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo, seja com vós todos. Amém” (2Coríntios 13:13).

No entanto, não há qualquer dúvida que, sem a revelação do Novo Testamento, estas referências das personalidades distintas do Filho e do Espírito Santo ficariam obscuras e propositadamente, poderíamos dizer, visto que o povo, então, não estava preparado para compreender o significado dessa revelação. Nunca ninguém, usando apenas o Antigo Testamento, jamais chegou a uma concepção trinitária de Deus. Na verdade, os judeus e os maometanos juntam-se para acusar os trinitários de politeístas. Nos tempos do Novo Testamento, aqueles que tinham sido instruídos debaixo da lei, como seja, por exemplo, os fariseus, parece terem pensado do Espírito de Deus e do poder de Deus, como termos equivalentes.

No entanto, ainda que não inteiramente revelado, nem reconhecido, até ao dia de Pentecostes, o Espírito Santo, como agente ativo da Trindade, foi, desde o princípio, o sustentador e formador das leis da natureza, aquele que inspirou os profetas, e contra o qual se podia pecar, e que podia ser entristecido. No segundo versículo do primeiro capítulo de Gênesis, lemos que “o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas”.

“No meio das trevas que rodeavam o caos primevo”, diz o Dr. J. Ritcher Smith, “descobre-se o Espírito de Deus, movendo-se sobre a face das águas, tal como uma ave no seu ninho” (*The Holy Spirit in the Gospels*, pg. 34).

Do mesmo modo que a eletricidade existia na natureza e tinha um papel de importância vital na vida do homem, muito antes deles a descobrirem, e aprenderem a servir-se dela para tantos fins maravilhosos, também o Espírito Santo vivia e estava ativo como uma Pessoa distinta, na Divindade, desde a eternidade e moldava assuntos referentes à vida dos homens, sem que a sua personalidade distinta fosse deles conhecida.

“Até mesmo no primeiro capítulo de Gênesis”, diz o Dr. Charles Hodge, “o Espírito de Deus é representado como a origem de toda a inteligência, ordem e vida, no universo; e nos livros seguintes, do Antigo Testamento, ele é representado como sendo o inspirador dos profetas, concedendo sabedoria, força e bondade, a estadistas e a guerreiros, e ao povo de Deus. Este Espírito não é uma agência, mas um agente, que ensina e seleciona; um que pode ser entristecido e contra quem se pode pecar; e que, no Novo Testamento, é revelado, inequivocamente, como uma Pessoa distinta. Quando apareceu João Batista, vemo-lo falando do Espírito Santo como de uma Pessoa com quem os seus compatriotas estavam familiarizados, como um objeto digno de ser adorado, e o Doador de bênçãos divinas e salvadoras. Nosso Senhor também toma esta verdade como aceite, e promete enviar o Espírito, como um Paracleto, para tomar o seu lugar; para instruir, consolar e fortalecer, e a quem deviam receber e obedecer. Assim, sem uma transição violenta, a revelação mais antiga deste mistério se foi abrindo gradualmente, até que o Deus Trino, Pai, Filho e Espírito Santo, aparece no Novo Testamento como Deus universalmente reconhecido por todos os crentes” (*Systematic Theology*, pg. 447).

MÁ COMPREENSÃO DESTA DOCTRINA PELOS JUDEUS

A doutrina cristã da Trindade tem sido, em geral, mal compreendida no meio do povo judeu, e julgam, por isso, que nós adoramos três Deuses. Para expor esta idéia, e a razão por que os judeus a defendem tão fortemente, propomo-nos citar, extensamente, de livros de alguém que está em posição de compreender o problema — dos livros do ex-Rabi Leopoldo Cohen. Eis o que ele diz:

“A razão por que os judeus se têm alienado da doutrina de um Deus Triuno encontra-se nos ensinamentos de Moisés Maimonides. Ele compilou 13 artigos de fé que os judeus aceitaram e incorporaram na sua liturgia. Um deles é: ‘Creio, com uma fé perfeita, que o Criador, bendito seja o seu nome, é uma *unidade absoluta*’ (em hebraico, ‘Yachid’). Isto é repetido, dia após dia, pelos Judeus, nas suas orações, desde o século XII, tempo em que Moisés Maimonides viveu. Esta expressão de ‘*unidade absoluta*’ é diametralmente oposta à Palavra de Deus que ensina, com grande ênfase, que Deus não é um ‘Yachid’, que significa um único, ou unidade absoluta, mas ‘achid’, que significa uma ‘*unidade unida*’. Em Deuteronômio 6:4 Deus entregou ao seu povo um

princípio de fé, sem dúvida superior ao de Moisés Maimonides, visto que vem do próprio Deus. Lemos: ‘Ouve Israel, o Senhor teu Deus, o Senhor é UM’, dando ênfase ao sentido da frase ‘um’, não usando ‘yachid’, como faz Moisés Maimonides, mas ‘achid’, que significa uma ‘*unida unidade*’.

“Queremos agora procurar onde aparecem estas duas palavras, ‘yachid’ e ‘achid’, no Antigo Testamento, e em que conexões e com que sentido são usadas, e, assim, descobrir o seu verdadeiro significado.

“Em Gênesis 1, lemos no original: ‘E houve tarde e houve manhã, um dia’. Aqui, emprega-se a palavra ‘achid’ o que implica que a tarde e a manhã — dois objetos separados — são chamados um, mostrando assim, claramente, que a palavra ‘achid’ não significa uma ‘unidade *absoluta*’, mas uma ‘unidade *unida*’. Depois, em Gênesis 2:24, lemos: ‘Por isso deixará o varão o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne’. Aqui emprega-se também a palavra ‘achid’, apresentando mais uma prova de que significa uma unidade *unida*, referindo-se, como neste caso, a duas pessoas distintas.

“Vejam, agora, onde, na Palavra de Deus, a expressão ‘yachid’ se encontra. Em Gênesis 22:2, Deus diz a Abraão: ‘Toma o teu filho, o teu único filho’. Temos aqui a palavra ‘yachid’. Esta mesma palavra precisamente é repetida no versículo 12 do mesmo capítulo. No Salmo 25:16, aplica-se de novo a uma única pessoa, como ainda em Jeremias 6:26, onde lemos: ‘pranteia como por um filho único’. A mesma palavra, com significado de um só, aparece em Zacarias 12:10: ‘e olharão para mim, a quem trespassaram; e o prantearão como quem pranteia por um unigênito’.

‘Vejam, pois, que Moisés Maimonides, apesar da sua grande sabedoria e conhecimentos, cometeu um grave erro ao dar aos judeus esta confissão de fé, em que se declara que Deus é um ‘yachid’, declaração esta que está em absoluta oposição com a Palavra de Deus. E os judeus, seguindo cegamente o chamado ‘segundo Moisés’, mais uma vez evidenciaram a sua antiga tendência para perverter a Palavra do Deus vivo. O Espírito Santo já fizera esta grave acusação contra eles, pelo profeta Jeremias, dizendo: ‘pois torceis as palavras do Deus vivo, do Senhor dos Exércitos, o nosso Deus’ (Jeremias 23:36).

“Eis o que crêem os cristãos verdadeiros. Não temos três deuses, mas ‘um’, o das Escrituras, que é, em Hebraico, ‘achid’, e que consiste em três revelações pessoais de Deus, como se vê nas seguintes porções das Escrituras.

“No primeiro versículo da Bíblia, vemos duas manifestações da Divindade: ‘No princípio criou Deus... e o Espírito de Deus movia-se’. Vemos aqui, claramente, que Deus nos ensina a crer que ele é o criador de todas as coisas e que o seu Espírito se move sobre este nosso mundo, para nos conduzir, guiar e instruir no caminho em que ele quer que andemos. Encontramos assim, no primeiro capítulo da Bíblia, duas manifestações de Deus.

“Deve interessar ao leitor saber que o livro judaico mais sagrado, o Zohar, faz comentário a Deuteronômio 6:4. ‘Ouve Israel, Jeová nosso Deus, Jeová é uno’, dizendo ‘Que necessidade haveria de mencionar, três vezes neste versículo, o nome de Deus ?’. Segue-se a resposta. ‘O primeiro Jeová é o Pai celestial. O segundo é o

rebento de Jessé, o Messias que há-de vir da família de Jessé, através de Davi. E o terceiro é o que está em baixo (significando o Espírito Santo, que nos mostra o caminho) e estes três são um'. De acordo com o Zohar, o Messias não só se chama Jeová, mas é uma verdadeira parte do Jeová Triuno» (*The Trinity in the Old Testament*, pg. 3 e 4).

5. UMA SUBSTÂNCIA, TRÊS PESSOAS

Grande parte da oposição à doutrina da Trindade surgiu por causa da incompreensão do que ela é, na verdade. Não afirmamos que um Deus é três deuses, nem que uma Pessoa é três pessoas, nem que três deuses são um Deus. Deus não é três no mesmo sentido em que ele é um. Afirmar que o é, faria, na verdade, da doutrina, aquilo que os Unitarianos gostam sempre de afirmar, um absurdo matemático. Afirmamos, pelo contrário, que dentro de uma “substância” ou “essência” divina, há três centros de conhecimento, consciência, amor e vontade, mutuamente relacionados entre si. “Substância” ou “essência”, eis o que os vários membros da divindade têm em comum, aquilo em que os atributos e poderes da Divindade são inerentes; “pessoa” é aquilo em que diferem.

No entanto, ainda que haja três centros de conhecimento, consciência, amor e vontade, cada uma das Pessoas possui, *in toto*, a substância indivisível, incorpórea da Divindade, em que os atributos e poderes são inerentes, e possuem, portanto, o mesmo conhecimento, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade infinitos. Trabalham em conjunto, ou cooperam com harmonia e unidade tão perfeitas, que estamos justificados em dizer que o Deus Triúno opera com uma mente e uma vontade. O que um sabe, os outros sabem; o que um deseja, os outros desejam; o que um quer, os outros querem. Independência e auto-existência não são atributos das pessoas individuais, mas do Deus triúno; portanto, não são três vontades independentes, mas sim três vontades dependentes, por assim dizer, cada uma das quais é exercida para honra e glória e felicidade dos outros dois.

Podemos ilustrar, parcialmente, a natureza da Trindade, da seguinte maneira: um banco ou uma companhia de caminhos de ferro, por exemplo, pertence e é dirigida, não por um único indivíduo, mas por muitos funcionários, acionistas e operários, que possuem uma comunidade de interesses; no entanto, não hesitamos em falar da corporação, em si, no singular, e dizer que o Banco tal deseja fazer esta aplicação de capitais, ou que determinada Companhia de Caminhos de Ferro se opõe a determinada lei que afeta os seus interesses. As decisões do Conselho da Administração exprimem os desejos e objetos da corporação, como um todo. Do mesmo modo, ainda que creiamos que existem três Pessoas distintas na Divindade, falamos de Deus no singular, e aplicamos-lhe os pronomes ele, o, seu.

Meditando neste mistério, devemos-nos lembrar de que os processos do nosso próprio pensar, sentir e querer, nas nossas personalidades puramente humanas, continuam a ser, para nós, um autêntico mistério. Deve-se ainda notar que, desde a encarnação, Cristo pensa, sente e quer de uma maneira humana, embora a união da atividade psicológica, divina e humana, adentro da Pessoa Divina e humana, à semelhança da unidade das Pessoas adentro da Divindade, nos seja incompreensível.

O erro do Unitarianismo é que, enquanto elaboram uma doutrina da unidade Divina, o fazem à custa da personalidade Divina. Consideram o Pai, o Filho e o Espírito Santo apenas como três aspectos ou modos sucessivos, em que Deus se revela a si mesmo, da mesma forma que um homem é conhecido na sua família como o pai, no mundo de negócios, como um banqueiro, e na Igreja como um presbítero. Este conceito apenas nos dá uma Trindade modal. Toda e qualquer declaração da doutrina que deixa de apresentar tanto a unidade como a tri-personalidade da Divindade falha no ensino das Escrituras.

Visto que as três Pessoas da Trindade possuem a mesma substância ou essência numérica, idêntica, e visto que os atributos são inerentes e inseparáveis da substância ou essência, segue-

se que cada uma das três Pessoas deve possuir todos os atributos divinos, da mesma maneira, e que as três Pessoas devem ser consubstanciais, co-iguais e co-eternas. Cada uma delas é verdadeiramente Deus, exercendo o mesmo Poder, participando igualmente da Glória divina e sendo dignas da mesma adoração. “Pai”, nas nossas orações, como na oração Dominical, por exemplo, não se refere exclusivamente à primeira Pessoa da Trindade, mas às três Pessoas, como um só Deus. O Deus Triúno é o nosso Pai.

A doutrina da Trindade não pode conduzir ao triteísmo, porquanto, ainda que haja três Pessoas na Trindade, há apenas uma substância ou essência e, portanto, um só Deus. É, antes, o caso de a única substância vital, a Divindade, existir conscientemente como três Pessoas. As três Pessoas estão relacionadas com a substância divina, não como três indivíduos para com a sua espécie, como Abraão, Isaque e Jacó para com a natureza humana; são um só Deus — não uma tríade, mas uma Trindade. Na profundidade do seu ser, são inerente e inescapavelmente um.

Que cada uma das Pessoas da Trindade possui *in toto*, numericamente, a mesma substância, prova-se com versículos da Bíblia, como seja: “Porque nele habita, corporalmente, toda a plenitude da divindade” (Colossenses 2:9); “Eu e o Pai somos um” (João 10:30); “Crede-me que estou no Pai, e o Pai em mim” (João 14:11); “Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo” (2Coríntios 5:19).

Não nos deve admirar o fato de, na Divindade, encontrarmos uma forma de personalidade inteiramente única e diferente da que se encontra no homem. Na escala vital ascendente, como a que conhecemos neste mundo, há numerosas formas de existência, ao passarmos das formas mais simples para as mais complexas. Nas plantas, encontramos o que, com verdade, se pode chamar vida, ainda que tão elementar, que nem chega a ser consciente. Nos insetos, encontramos sensação e instinto, dois pontos em que vão muito além da vida vegetal. Nas aves e nos animais, encontramos afeição entre pais e crias, nalguns casos muito forte até, juntamente com um tipo muito mais elevado de instinto do que se encontra entre os insetos. Por sua vez, o homem tem um tremendo avanço sobre os animais, em que possui poder de raciocínio, uma profunda consciência moral e uma alma imortal. Este plano mais elevado da natureza humana é, claro, absolutamente incompreensível para os animais, aves e insetos, que podem, na melhor das hipóteses, ter apenas uma vaga compreensão da sua natureza, ainda que temam o homem, reconhecendo nele o seu dominador. Portanto, não nos devemos admirar que a natureza de Deus ultrapasse a nossa compreensão — que a substância divina única seja consciente em três Pessoas, no Pai, no Filho e no Espírito Santo — e que não se faça qualquer tentativa para nos explicar este mistério, talvez precisamente porque as nossas mentes finitas sejam absolutamente incapazes de compreender tais verdades. Sem dúvida, somos tão incapazes de compreender a natureza de Deus, como os animais e as aves de compreender a nossa.

Portanto, admite-se que o nosso conhecimento das relações que subsistem entre as três Pessoas da Trindade é apenas superficial. Deve haver profundidades infinitas no ser consciente de Deus em que a mente humana nunca poderá penetrar. Porém, declara-se, claramente, que Deus existe desde a eternidade como três Pessoas conscientes. Não estamos preparados, certamente, para afirmar que esta tri-personalidade que nos foi revelada, esgota o mistério da Divindade Como o Dr. A. A. Hodge disse, e bem:

“Pelo que nos é lícito saber, nas profundidades do ser infinito talvez haja uma consciência comum que engloba toda a Divindade, e uma personalidade comum. É

possível que tudo isto seja assim; mas o que nos pertence tratar é o fato da revelação, autêntico e óbvio, de que Deus existe desde a eternidade, em três Pessoas conscientes Pai, Filho e Espírito Santo”.

Como definir o termo “pessoa”? Como a Psicologia moderna a usa, significa um agente moral, inteligente e livre. Mas, ao apresentar a doutrina da Trindade, a Igreja usou a expressão com um sentido diferente do que é usada em qualquer outra parte. A palavra “Pessoa”, como aplicada às três subsistências adentro da Divindade, assim como a palavra mais importante, “Trindade”, não se encontra nas Escrituras; no entanto, a idéia que exprime encontra-se nas Escrituras, e não conhecemos nenhuma outra que possa exprimir tão bem aquilo que temos em mente. Em Teologia, como em qualquer outra ciência, há necessidade absoluta de alguns termos técnicos. Quando dizemos que há três pessoas distintas na Divindade, não queremos, com isso, dizer que cada uma delas é tão separada da outra, como um ser humano está separado de todos os demais. Embora se diga que se amam, se ouçam, orem uns aos outros, enviem uns aos outros, testemunhem uns dos outros, não são, no entanto, independentes entre si; porque, como já dissemos, auto-existência e independência são propriedades, não das pessoas individuais, mas do Deus Triúno. Os pronomes pessoais eu, tu, ele e o, aplicam-se a cada uma das Pessoas; e, no entanto, esses mesmos pronomes pessoais aplicam-se ao Deus Triúno, que se compõe dessas Três pessoas. Por isso, não se deve dar grande ênfase a uma mera expressão. O Pai, o Filho e o Espírito Santo podem-se distinguir, mas não se podem separar, pois cada um deles possui a mesma e idêntica substância ou essência numérica. Não existem simplesmente ao lado uns dos outros, como Washington, Jefferson e Franklin foram contemporâneos, mas permeiam-se e interpenetram-se, estão uns nos outros e uns através dos outros.

Portanto, em linguagem teológica, definimos uma “pessoa” como um modo de subsistência, caracterizado por inteligência, vontade e existência individual. Os Pais da Igreja compreenderam, evidentemente, que estavam a tratar duma doutrina muito acima da compreensão da mente humana e, ao formularem os credos, não tentaram explicar o mistério da Trindade, mas apenas enunciá-lo o melhor possível, na linguagem de que dispunham. Não podemos, hoje, fazer mais do que isso.

UMA PLURALIDADE DE PESSOAS ADENTRO DA DIVINDADE ESTÁ DE HARMONIA COM A RAZÃO

A doutrina da Trindade não é, como afirmam os Unitarianos, contrária à razão humana; pelo contrário, uma ligeira consideração nos deve convencer de que uma pluralidade de Pessoas, adentro da Divindade, está inteiramente de acordo com a razão. Não se segue, necessariamente, que haja, especificamente, três Pessoas; parece, porém, mais do que provável que Deus seja mais do que Um. Não podemos conceber um Deus eternamente solitário, e, por isso, refugiamo-nos na doutrina cristã da Trindade. Achamos que esta doutrina é tal, que, por um lado, evita o rigoroso monoteísmo dos judeus e dos maometanos, e, por outro lado, o grosseiro politeísmo dos gregos e romanos. Podemos ver, pela verdade que apresenta, que Deus foi sempre independente de toda a criação, que dentro da sua própria natureza se encontra aquela perfeição absoluta e auto-suficiência que, instintivamente, lhe atribuímos. A menos que se verifique essa pluralidade de Pessoas adentro da sua própria natureza, tanto o tempo como a eternidade seriam para ele insuportavelmente monótonos. Porquanto, dentre as criaturas, onde se poderiam encontrar personalidades capazes de corresponder, integralmente, à sua própria personalidade? Homens e anjos, embora criados à sua imagem e semelhança, estão infinitamente abaixo dele; até as nações, nos diz Isaiás, são

como uma gota num balde, e como o pó miúdo das balanças (40:15). Apenas adentro da comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo é possível encontrar essa completa comunhão de personalidade que a natureza de Deus requer. E, uma vez que concebemos Deus como uma Trindade, nunca mais nos podemos satisfazer com uma concepção modalista ou Unitariana dele.

Tem sido costume, desde há muito, dizer que o atributo de amor em Deus prova a existência de uma pluralidade de Pessoas adentro da Divindade — que o amor é necessariamente auto-comunicativo e que, com um Deus unitário, só poderia existir como anelante e insatisfeito, na categoria do possível, que não do realizado. Este raciocínio afirma ainda que, visto que Deus é infinito, o seu amor deve ser infinito, e requer, portanto, um objeto infinito. Afirma-se, em geral, ainda, que essas duas Pessoas infinitas requerem uma terceira através de quem o seu amor seja comunicado e a quem, também, se dê. Esta maneira de raciocinar, porém, não parece ser inteiramente concludente. Parece possível, pelo menos, que o ser absolutamente perfeito de Deus poderia muito bem ter providenciado um objeto satisfatório para o seu amor. Dizer que amor, por sua própria natureza, é auto-comunicativo, e que requer, portanto, um objeto fora de si mesmo, parece ser apenas um jogo de palavras. Se pudéssemos imaginar um Robinson Crusó solitário, por exemplo, que, sobrevivente dum naufrágio, tivesse de ficar numa ilha o resto da sua vida, e imaginar ainda que a tempestade que o fez naufragar matou todos os seus amigos e conhecidos, significaria isso que, mesmo para um ser humano, limitado, o resto da sua vida seria anormal, no sentido que ficaria destituído do atributo do amor? Não poderia existir, mesmo considerando a sua própria natureza limitada, uma espécie de amor baseado em ter uma boa consciência, e retidão moral? O atributo do amor, não desaparece, só porque uma pessoa está sozinha. Porém, ainda que o amor, em si; não prove que haja uma pluralidade de Pessoas na Divindade, quanta riqueza, plenitude e força, é acrescentada a esse amor, quer em Deus, quer no homem, quando há comunhão com outros! Só assim é possível ver uma personalidade na sua plenitude. Assim, ainda que a razão não nos dê a doutrina da Trindade, em primeiro lugar, isto é, aparte da revelação, presta-lhe um serviço negativo, demonstrando que a doutrina não é inconsistente com outras verdades conhecidas, e também um serviço positivo, mostrando que só na base da Trindade podemos ter uma concepção inteiramente adequada de Deus, como Espírito auto-consciente e um amor vivente.

Há, evidentemente, elementos de verdade, até mesmo no politeísmo, ainda que sejam deformados e pervertidos; os intelectuais, hoje em dia, assim como os filósofos, em todas as épocas, e os povos pagãos, em todas as nações, acharam conforto ao falarem dos “seus deuses”.

“O sistema religioso com maior expansão”, diz o Dr. J. Ritchie Smith, “o politeísmo, é a perversão de uma grande verdade, e da plenitude da natureza divina. Não possuindo a concepção de um Deus presente e ativo em toda a parte, os homens viram-se obrigados a conceber uma multidão de divindades, entre as quais fosse possível distribuir os atributos e as energias da divindade, e que, em virtude do seu número, pudessem realizar as obras da criação e da providência... Uma característica do politeísmo consiste no sacrifício da unidade à variedade da natureza divina. O Antigo Testamento combate, constantemente, este erro. Só quando foi extirpado das mentes do povo escolhido, e a mancha da idolatria desapareceu na fornalha da aflição, é que a verdade foi revelada na sua plenitude, que o politeísmo tentara em vão exprimir. O Antigo Testamento derruba o erro, o Novo Testamento iluminou o que o politeísmo tinha de verdadeiro... A plenitude e a variedade que o homem busca em muitos deuses, encontram-se num só. A doutrina da Trindade preserva, simultaneamente, a unidade e

revela a plenitude da natureza divina. Deus é um, eis a mensagem do Antigo Testamento; Deus é um em três Pessoas, eis a mensagem do Novo Testamento; e a revelação fica completa” (*The Holy Spirit in the Gospels*, pág. 19).

6. O SIGNIFICADO DAS EXPRESSÕES “PAI”, “FILHO” E “ESPÍRITO SANTO”

Para a maneira de pensar ocidental, as expressões “Pai”, “Filho” e “Espírito Santo”, possuem, por um lado, a idéia de fonte, de ser e superioridade e, por outro lado, subordinação e dependência. Porém, em linguagem teológica, usam-se no sentido semítico ou oriental de identidade de natureza. É, sem dúvida, a consciência semítica que está por detrás da fraseologia das Escrituras, e sempre que as Escrituras chamam a Cristo “Filho de Deus”, afirmam a sua divindade verdadeira e própria. A expressão “Filho”, aplica-se a Cristo, não apenas como um título oficial em ligação com a obra de redenção, nem por causa da sua encarnação, ou nascimento sobrenatural, nem ainda por causa da sua ressurreição — embora em respeito a estas ele seja proeminentemente o Filho de Deus —, mas fundamentalmente para designar uma relação trinitariana inerente. Na economia da redenção, e para o cumprimento dum objetivo específico, ele aceitou, temporariamente, uma posição subordinada à do Pai. É, no sentido mais profundo, uma filiação única, que não pode ser afirmada de qualquer ser criado, nem de que nenhuma criatura pode participar. Pai e Filho são co-eternos e co-iguais em poder e glória, participando da mesma natureza e substância, e existiram sempre como Pessoas distintas. O Pai está, e sempre estará, tão dependente do Filho como o Filho do Pai, porquanto, como sempre nos devemos recordar, auto-existência e independência são propriedades, não de pessoas dentro da divindade, mas do Deus Triúno.

Por exemplo, em Hebreus 1:5-8, o autor apresenta a superioridade de Cristo como Pessoa divina. Sendo divino, ou seja, sendo Deus, a expressa imagem do Deus invisível, ele é chamado o “Filho” de Deus, o que significa exatamente o mesmo. Veio ao mundo como o Filho, e como tal existe desde a eternidade. Sendo o Filho, aquele por quem os mundos foram criados e o herdeiro de todas as coisas, o mesmo autor declara que ele é Deus, e que reina num trono eterno. Durante o seu ministério público, os Judeus, de acordo com o uso hebraico da palavra, tiveram razão ao compreenderem que a pretensão de Jesus de ser o “Filho de Deus”, era equivalente a afirmar que era “igual a Deus” ou, simplesmente, “Deus” (João 5:18; 10:33); e foi por se arrogar ser “o Cristo”, o Filho de Deus, que ele foi acusado de blasfemar, pelo sumo-sacerdote, e sentenciado pelo sinédrio a ser crucificado (Mateus 26:63-66).

Esta idéia foi expressa, talvez, pelo Dr. Warfield, mais claramente do que por qualquer outro. Eis o que ele diz:

“O que fica por detrás da concepção de filiação em linguagem bíblica é simplesmente ‘semelhança’; tudo quanto o Pai é o Filho o é igualmente. A aplicação enfática do termo ‘Filho’ a uma das Pessoas Trinitárias, por isso, afirma antes a sua igualdade com o Pai do que a sua subordinação ao Pai; e, se houver qualquer implicação de derivação nele, essa parece estar muito distante. A adjunção do adjetivo ‘unigênito’ (João 1:14; 3:16-18; 1João 4:9) pode adicionar apenas a idéia de predileção e não necessariamente de derivação (Salmos 22:20; 25:16; 35:17); e mesmo uma frase tal como ‘o Filho unigênito de Deus’ (João 1:18) pode não conter qualquer implicação de derivação, mas apenas de consubstancialidade absolutamente única; como também uma frase como ‘o primogênito de toda a criação’ (Colossenses 1:15) pode não significar principiar a existência, mas meramente declarar prioridade de existência. De igual maneira, a designação ‘Espírito de Deus’ ou ‘Espírito de Jeová’, que encontramos com freqüência no Antigo Testamento, não implica a idéia, certamente, nesses trechos, quer de derivação quer de subordinação, mas é simplesmente o nome executivo de Deus, ou seja, a designação de Deus do ponto de vista da sua atividade, o que importa

identidade com Deus; e não há razão para supor que, ao passar do Antigo Testamento para o Novo, o termo tenha assumido significado essencialmente diferente. Acontece, para mais, e que é para estranhar, que temos no Novo Testamento o que quase se torna definições formais dos dois termos ‘Filho’ e ‘Espírito’, e nos dois casos a ênfase está na noção de igualdade ou identidade. Em João 5:18 lemos: ‘Por isso, pois, os judeus ainda mais procuravam matá-lo, porque não só quebrantava o sábado, mas também dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus’. O ponto principal aqui reside, evidentemente, no adjetivo ‘próprio’. Compreenderam, e bem, que Jesus chamava a Deus ‘seu próprio Pai’, isto é, usou os termos ‘Pai’ e ‘Filho’ não meramente num sentido figurativo, como quando Israel foi chamado filho de Deus, mas no verdadeiro sentido. E compreenderam que isto queria dizer que Jesus pretendia ser tudo quanto Deus é. Ser Filho de Deus em qualquer sentido é ser semelhante a Deus nesse sentido; e ser o próprio Filho de Deus significava ser precisamente parecido com ele em tudo, isto é, ser ‘igual a Deus’. Da mesma forma, lemos em 1Coríntios 2:10,11: ‘Porque o Espírito penetra todas as coisas, ainda as profundezas de Deus. Porque, qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o espírito do homem, que nele está? Assim, também, ninguém sabe as coisas de Deus, senão o Espírito de Deus’. Aqui, o Espírito aparece como o substrato da autoconsciência de Deus, o princípio do conhecimento de Deus de si mesmo; numa palavra, ele é o próprio Deus na essência mais íntima do seu Ser. Como o espírito do homem é a sede da vida humana, a verdadeira vida do próprio homem, assim o Espírito de Deus é o verdadeiro elemento vital do próprio Deus. Como se pode supor, então, que seja subordinado a Deus, ou que derive de Deus o seu Ser?’ (*Biblical Doctrines*, pg. 163).

Verificamos, assim, que a idéia divina e original de paternidade e de filiação, é a identidade de natureza. Na Divindade isto significa, claro, uma relação puramente espiritual, e está de acordo com a transcendência de Deus. Na esfera de ação humana, finita, em que o homem é apenas uma cópia, tênue e imperfeita, de Deus, as idéias de paternidade e de filiação, além de implicarem a identidade, implicam, igualmente, as idéias de origem e subordinação, assim como uma natureza material que é dada mediante o sexo. Na esfera divina, filiação é absoluta, enquanto que na natureza humana é relativa, muito semelhante ao que acontece com os atributos de sabedoria, poder, santidade, justiça e amor que são absolutos em Deus, mas relativos no homem. Assim, enquanto que as limitações da linguagem humana são tais que não podemos exprimir estas idéias de forma completa, a relação que subsiste entre a primeira e a segunda Pessoas da Trindade encontra a sua analogia mais perfeita nas relações que um pai terreno tem com o seu filho.

E, da mesma maneira, a terceira Pessoa da Trindade, possuindo a mesma substância vital e sendo igual ao Pai e ao Filho, em poder e glória, chama-se o Espírito Santo. Na qualidade de poder executivo, onipresente, da Trindade, imaterial e invisível, ele é Espírito no sentido mais verdadeiro da palavra. Chama-se Espírito Santo, porque é absolutamente Santo por sua própria natureza, e é a fonte e a causa da santidade nas criaturas.

Vimos que as expressões “Pai” e “Filho” não são, de modo algum, adequadas para exprimir a relação plena que existe entre a primeira e a segunda Pessoas da Trindade. São, no entanto, as melhores que temos. São as usadas nas Escrituras, e além de exprimirem a idéia de identidade de natureza, são recíprocas, exprimindo as idéias de amor, afeição, confiança, honra, unidade e harmonia — idéias de carinho e de preciosidade. Quando ouvimos dizer que Deus “deu” o seu Filho para a redenção do mundo, somos levados a compreender que a situação era, até certo ponto, análoga à de um pai humano, que dá o seu filho para o serviço missionário ou

para a defesa do seu país. É algo que implica sacrifício da parte do Pai, assim como a privação e o sofrimento da parte do filho. E, do mesmo modo, quando a expressão “Espírito” se aplica à terceira Pessoa da Trindade, não se entende com isso que a sua natureza seja, de qualquer maneira, diferente da do Pai e do Filho, pois que cada um deles participa da substância numericamente igual, e todos são, do mesmo modo, espírito. Ele é assim chamado, porém, por ser o próprio elemento de vida da Divindade, e porque, quanto às nossas relações para com Deus, Deus nos aparece de uma forma espiritual proeminente através dessa Pessoa, o seu Espírito comunica com o nosso espírito, fala à nossa consciência, purifica os nossos corações, e dirige-nos em caminhos retos.

É fácil de inferir, do uso variado das expressões, noutras partes das Escrituras, e no uso diário das palavras, que os termos “Pai” e “Filho” são usados num sentido especial quando aplicados à primeira e à segunda Pessoas da Trindade. Lemos, por exemplo, que Jabal foi o pai dos que habitam em tendas, e têm gado e que Jubal era o pai de todos os que tocam harpa e órgão (Gênesis 4:20,21). Abraão recebeu a promessa de que seria o pai de uma multidão de nações (Gênesis 17:4); e ainda hoje todos os judeus se consideram filhos de Abraão. Jeová disse da nação: “Israel é meu filho, meu primogênito” (Êxodo 4:22). De um rei, cuja posição perante Deus era de honra e de autoridade especiais, como a de Salomão, o Senhor podia dizer: “Eu lhe serei por pai, e ele me será por filho” (2Samuel 7:14). Judas era um “filho da perdição” (João 17:12). Conhecemos bem os Pais da Igreja primitiva, e falamos de alguém que nos mostrou o caminho da justiça, como nosso pai na fé. Diz-se que George Washington é o pai da nação americana. Os alemães falam da sua pátria como “terra pai” e os ingleses da sua “terra mãe”. Dizemos que fulano é um filho fiel de Calvino, ou de Lutero, ou de Wesley, e existem grupos que se designam a si mesmos como filhos ou filhas disto ou daquilo. Assim, é evidente que tanto em assuntos religiosos como seculares, as expressões Pai e Filho se usam com variedade de significados.

Além disso, ainda que em perfeita harmonia, vemos que muito ensino bíblico nos é dado em linguagem figurada. Cristo é chamado o Cordeiro de Deus (João 1:29; Apocalipse 7:14); o bom Pastor (João 10:11); a Porta (João 10:7). Ele é a videira verdadeira, e os seus discípulos as varas (João 15:1-5); Ele é a luz verdadeira (João 1:9); os seus discípulos são a luz do mundo (Mateus 5:14), e o sal da terra (Mateus 5:13). Do mesmo modo, diz-se que Deus é amor (1João 4:8); luz (1João 1:5); um fogo consumidor (Hebreus 12:29). O Salmista declara que Jeová é o seu rochedo, a sua fortaleza, o seu escudo e o seu alto refúgio (18:2) e que os justos buscam refúgio debaixo das suas asas (91:4). Quando lemos que Deus está irado, ou que ele se arrepende, ou ri, o escritor usa, evidentemente, linguagem figurada. Estas expressões são antropomorfismos, exemplos em que o proceder divino visto do ponto de vista humano, é assemelhado ao proceder dum homem atuando em iguais condições de espírito. Há casos em que Deus se ajusta à linguagem humana, da mesma maneira que os pais humanos se ajustam, para falar aos seus filhos, à maneira que eles entendam. Sabemos que, na verdade, Deus é inteiramente livre das paixões e das fraquezas da natureza humana.

Assim, de acordo com este modo geral de agir, foi com muitíssima propriedade que os termos “Pai”, “Filho” e “Espírito Santo” foram escolhidos para exprimirem a relação existente entre a primeira e a segunda Pessoas da Trindade, a que a terceira tem com a primeira e a segunda, e a que a primeira tem conosco. Não há, em linguagem humana, outras palavras mais adequadas para transmitir o sentido desejado.

Da mesma maneira, a expressão “pessoa”, como já dissemos, é uma expressão imperfeita e inadequada, duma verdade que transcende a nossa experiência e compreensão. Quando

aplicada aos vários membros da Divindade, é apenas uma aproximação da verdade. É, poderíamos dizer, um expediente, e como tal usada na Bíblia. No entanto, exprime, melhor do que nenhuma outra palavra que conhecemos, a concepção que as Escrituras apresentam do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Usa-se para exprimir uma idéia de personalidade adentro da Divindade, que está, podemos dizer, a meio caminho, aproximadamente, entre uma mera forma de manifestação, ou personificação, que conduziria ao Unitarianismo, e a idéia de personalidades, inteiramente separadas e independentes, tal como acontece com os seres humanos, que levaria ao Triteísmo. Exprime uma distinção, não idêntica, mas com certos aspectos análogos, à que existe entre três homens diferentes. Se houvesse três Deuses, limitar-se-iam, claro, entre si, e privar-se-iam uns aos outros de divindade, pois que seria impossível que todos fossem infinitos. Há lugar para muitos seres finitos, mas apenas para um Ser infinito. O valor da apresentação desta doutrina, no credo de Atanásio, está em que mantém as personalidades distintas e também a unidade da Divindade: “O Pai é Deus, o Filho é Deus, o Espírito Santo é Deus; e, no entanto, não há três Deuses, mas um só Deus. Assim também o Pai é Senhor, o Filho é Senhor e o Espírito Santo é Senhor; e, no entanto, não são três Senhores, mas um só Senhor. Pois que, como somos levados a reconhecer, pela verdade cristã, cada Pessoa de per si, como Deus e Senhor, não nos é permitido, por essa mesma verdade, dizer que há três Deuses ou três Senhores”. Assim, tendo em conta as deficiências da linguagem humana, a revelação muito limitada que aprovou a Deus dar-nos, a respeito deste assunto, e o fato de que a natureza desta distinção nos deve ser incompreensível, estamos prontos, não só a admitir, mas até a indicar, com precisão, a imperfeição dessa linguagem que somos obrigados a empregar para a apresentação desta doutrina.

7. SUBORDINAÇÃO DO FILHO, E DO ESPÍRITO SANTO, AO PAI

Ao discutir a doutrina da Trindade, temos que distinguir entre o que é tecnicamente conhecido como Trindade “imane” e Trindade “econômica”. Por Trindade imane, queremos significar a Trindade que subsiste na Divindade, desde toda a eternidade. Na sua vida essencial e inata, dizemos que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são os mesmos em substância, possuindo atributos e poderes idênticos e, portanto, são iguais em glória. Isto diz respeito à existência essencial de Deus, aparte da criação. Por Trindade “econômica”, significamos a Trindade tal como se manifesta no mundo, especialmente na redenção do homem pecador. Existem três *opera ad extra*, obras adicionais, se assim as podemos descrever, que são atribuídas à Trindade, a saber, a Criação, a Redenção e a Santificação. Estas são obras que estão fora das atividades necessárias da Trindade, obras que Deus não estava sob a obrigação ou compulsão de fazer.

Encontramos nas Escrituras que o plano da redenção toma a forma de um pacto, não só entre Deus e o seu povo, como também entre as várias Pessoas dentro da Trindade, de maneira que há, por assim dizer, uma divisão de tarefas, cada Pessoa tomando, voluntariamente, determinada fase da obra. 1.º — Ao Pai atribui-se, em primeiro lugar, a obra da criação, assim como a eleição de certo número de indivíduos, que ele deu ao Filho. O Pai é, em geral, o autor do plano de redenção. 2.º — Ao Filho atribui-se a obra de redenção, para cumprimento da qual encarnou, tomando a natureza humana, de forma que, como Cabeça federal e Representante do seu povo, pudesse, como seu substituto, assumir a culpa do seu pecado e sofrer o equivalente completo pela penalidade da morte eterna que sobre estes pesava. Deus, deste modo, plena satisfação às exigências de justiça, exigências essas expressas nas palavras: “A alma que pecar, essa morrerá”, e “o salário do pecado é a morte”. Também, na sua capacidade de Cabeça federal e Representante do seu povo, pactuou que guardaria a lei da obediência perfeita, que fora dada, primeiramente, ao seu antepassado Adão, na sua capacidade como representante, lei essa que Adão quebrou, fazendo com que a raça caísse num estado de culpa e de ruína. Identificando-se, assim, com o seu povo, pagou a penalidade que pesava sobre estes e ganhou, para eles a salvação. Agindo como Rei e Salvador, e também como Cabeça da Igreja, que ele vai assim formando, dirige o Reino no seu progresso e está sempre presente com o seu povo. 3.º — Ao Espírito Santo são atribuídas as obras de regeneração e de santificação, ou a aplicação aos corações dos indivíduos, da expiação objetiva que Cristo realizou. Ele faz isto renovando espiritualmente os corações, operando neles a fé e o arrependimento, purificando-os de toda a mancha do pecado, e glorificando-os, finalmente, no céu. A redenção, no sentido mais lato, é pois um assunto de graça soberana, planejada pelo Pai, comprada pelo Filho, e aplicada pelo Espírito Santo.

Se pudermos ousar tirar uma analogia com o Governo federal (dos Estados Unidos), quando este funciona normalmente, temos três ramos, iguais e coordenados. Podemos dizer que as funções do Pai, ao planejar e ao criar o mundo, ao ordenar as suas leis, e ao dar ao seu Filho um povo, que devia ser remido por ele, correspondem ao Poder Legislativo; que o Espírito Santo, pelo seu poder regenerador e purificador, e pelo seu domínio das mentes humanas e das forças da natureza, corresponde ao Poder Executivo; e que o Filho, dando-se a si mesmo, para satisfação da Justiça divina, e, depois, agindo como Juiz de todo o mundo, corresponde ao Poder Judicial.

No entanto, ainda que obras especiais sejam atribuídas, essencialmente, a cada uma das três Pessoas, a unidade existente dentro da Trindade é tão íntima, havendo uma única substância, e “um só Deus”, que cada uma das Pessoas participa, até certo ponto na obra dos outros. “Eu

estou no Pai e o Pai em mim”, disse Jesus (João 14:11). “Quem me vê a mim, vê o Pai” (João 14:9). “Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo” (2Coríntios 5:19). “Não vos deixarei órfãos; voltarei para vós” (mediante o Espírito Santo) (João 14:18). Como diz o Dr. Hodge:

“Segundo as Escrituras, o Pai criou o mundo, o Filho criou o mundo, e o Espírito Santo criou o mundo. O Pai preserva todas as coisas: o Filho sustenta todas as coisas; e o Espírito é a fonte de toda a vida. Pode-se exprimir isto dizendo que as Pessoas da Trindade concorrem em todos os atos *ad extra*. No entanto, há alguns atos que se atribuem, predominantemente, ao Pai, outros ao Filho, e outros ao Espírito. O Pai é aquele que cria, escolhe e chama; o Filho redime, e o Espírito santifica” (*Systematic Theology*, I, pg. 445).

Dizemos, pois, que, embora as esferas e as funções das três Pessoas da Trindade sejam diferentes, não são exclusivas. Aquilo que um faz, os outros nisso participam, em vários graus de proeminência. A verdade é que houve três grandes eras ou dispensações na história da redenção, correspondendo às três Pessoas da Divindade e manifestando as mesmas sucessivamente. A do Pai começou na criação e prosseguiu até o início do ministério público de Jesus; a do Filho, compreendendo um período de tempo relativamente curto, sendo esse o período importante em que se operou objetivamente a redenção, começou com o ministério público de Jesus e prosseguiu até o dia de Pentecostes; e a do Espírito Santo começou com a descida do mesmo sobre os discípulos, no dia de Pentecostes, e continua até o fim da dispensação.

No que respeita à obra econômica da Trindade, vemos que há uma maneira de agir definida, na obra da redenção, e também do mundo, em geral, sendo a obra do Pai na criação e no plano geral para o mundo, essencial, à do Filho na redenção do mundo, subordinada e dependente da do Pai, e a do Espírito Santo na aplicação da redenção, vindo mais tarde, no que diz respeito ao tempo, e estando subordinada e dependente da do Pai e da do Filho. Assim, quanto à obra da redenção, em especial, que é a obra grandiosa e sobretudo importantíssima, que Deus faz pelo homem, neste mundo, há uma ordem lógica, a do Pai sendo o primeiro, a do Filho, o segundo, e a do Espírito, o terceiro. E, quando as pessoas da Trindade são mencionadas nas nossas declarações teológicas, são-no sempre nesta ordem.

O Pai envia o Filho e opera por seu intermédio (João 17:8; Romanos 8:3; 1 Tessalonicenses 5:9; Rom. 5:1) e o Pai e o Filho operam através do Espírito Santo (Romanos 5:5; Gálatas 5:22,23; Tito 3:5; Atos 15:8,9). Nas próprias palavras de Cristo, aquele que é enviado não é maior do que o que o enviou (João 13:16); e na sua condição de humilhação, falando do ponto de vista da sua natureza humana, ele podia dizer: “O Pai é maior do que eu” (João 14:28). Paulo diz-nos que somos de Cristo, e que Cristo é de Deus (1 Coríntios 3:23); ainda que, como Cristo é a cabeça de todos os homens, assim Deus é a cabeça de Cristo (1 Coríntios 11:3).

Dizem-se numerosas coisas do Filho encarnado, que não podem ser ditas da segunda Pessoa da Trindade, como tal — Jesus, na sua natureza humana crescia em sabedoria (Lucas 2:52), e até mesmo mais tarde, no seu ministério público, não sabia quando viria o fim do mundo (Mateus 24:36). Na obra da redenção, que podemos denominar obra de super-rogação, visto que foi tomada pela soberana graça e puro amor, que não por obrigação, o Filho, que é igual ao Pai, tornou-se-lhe, como que oficialmente, sujeito. E, por seu lado, o Espírito é enviado pelo Pai e pelo Filho, atua em nome deles, e revela tanto um como o outro, glorifica, não a si, mas a Cristo, e opera nos corações do seu povo a fé, o amor, a santidade, e a iluminação

espiritual. Esta subordinação do Filho ao Pai, e do Espírito ao Pai e ao Filho, não diz respeito à sua vida essencial adentro da Divindade, mas tão-somente aos seus modos de operação, ou à sua divisão de tarefas na criação e na redenção.

Esta subordinação do Filho ao Pai, e do Espírito ao Pai e ao Filho, não é, de forma alguma, inconsistente com uma igualdade verdadeira. Temos um exemplo desta prioridade e subordinação, por exemplo, na relação existente entre marido e mulher, na família humana. Paulo diz-nos que a relação de homem e mulher, em Cristo Jesus, é de igualdade, em quem “não há nem macho nem fêmea” (Gálatas 3:28) — tendo a alma da mulher tanto valor como a do homem — e, no entanto, há uma prioridade e subordinação pessoal, segundo a qual o marido é reconhecido no lar, e perante a lei, como o representante e o chefe da família. Como diz o Dr. W. Brenton Greene:

“À vista de Deus, o marido e a mulher são, e deviam-no ser também perante a lei, duas metades de um todo, e nenhum melhor do que o outro. Porém, embora assim seja, não sendo possível destacar demasiadamente este fato, no entanto, a relação entre marido e mulher é tal que a posição da mulher é distinta e dependente da do marido. Isto não implica que a mulher seja uma pessoa de valor inferior à do marido: neste respeito não há macho nem fêmea, pois ambos são um em Cristo Jesus. Tão-pouco isto implica que a missão da mulher seja menos importante que a do marido. Há certas funções, tanto morais e intelectuais como físicas, que ela cumpre muito melhor do que o marido; e há outras funções de suprema necessidade que só ela pode cumprir. Implica, porém, que, como há algumas coisas de importância capital que só a mulher pode fazer, assim há outras funções indispensáveis que só o marido deve cumprir, e a mais importante dessas é a direção da sua vida comum. Ele deve ser, pois, a ‘cabeça’ do corpo único, que o marido e a mulher em conjunto formam. Quer possamos compreender isso quer não, tal relação não é incoerente com uma perfeita igualdade. No caso da Trindade, também, esta relação não é incoerente. O Pai, o Filho e o Espírito Santo são iguais em poder e glória. No entanto, o Filho é segundo em relação ao Pai, e o Espírito é segundo tanto para com o Pai como para com o Filho, quanto ao seu ‘modo de subsistência e de operação’. Portanto, o que quer que a relação secundária da esposa perante o marido possa implicar, não tem necessidade de significar, de modo algum, sequer a menor inferioridade”. (Notas sobre *Christian Sociology*).

No domínio da política, podemos dizer que o Presidente da República é, oficialmente, o primeiro, o Governador de um Estado, oficialmente, o segundo, e cada cidadão comum, sem responsabilidades políticas, oficialmente, o terceiro. No entanto, todos possuem, do mesmo modo, natureza humana, e, de fato, o chamado cidadão comum, pode, até, ser um homem melhor, moral e espiritualmente, do que tanto o Governador como o Presidente. Do mesmo modo, dois homens com posições iguais na vida civil, podem pertencer ao exército, e um tornar-se capitão, enquanto que o outro nunca passar de soldado, subordinado ao mesmo capitão. Oficialmente, e por um tempo limitado, um fica subordinado ao outro, e, no entanto, durante o mesmo período, podem ser iguais aos olhos de Deus. Na obra da redenção, a situação é muito parecida — por meio dum pacto voluntário, o Pai, o Filho e o Espírito Santo empreendem, cada um deles, uma obra específica, de tal maneira que, durante todo o tempo em que essa obra está em progresso, o Pai torna-se, oficialmente, primeiro, o Filho oficialmente segundo, e o Espírito oficialmente terceiro. E, no entanto, a inteira igualdade das pessoas é conservada, dentro da vida essencial e inerente da Trindade.

8. A GERAÇÃO DO FILHO E A PROCESSÃO DO ESPÍRITO SANTO

As doutrinas afins da geração eterna do Filho e da Processão eterna do Espírito Santo são doutrinas que, temos de concordar, são muito mal compreendidas pelos melhores teólogos. Sem dúvida que aquele que escreve estas linhas, com o estudo limitado e a pouca experiência, não se ilude com o pensamento que possa dar uma explicação delas que seja inteiramente satisfatória. Propõe-se, apenas, definir as doutrinas e apresentar alguns breves comentários.

A geração eterna do Filho, como apresentada por um teólogo representativo, define-se, da seguinte maneira: “um ato eterno e pessoal do Pai, segundo o qual, por necessidade da natureza, e não por escolha voluntária, ele gera a pessoa (e não a essência) do Filho, comunicando-lhe toda a substância, indivisível, da Divindade, sem qualquer divisão, alienação, ou mudança, de tal maneira que o Filho é a expressa imagem da pessoa do seu Pai, e continua, eternamente, não derivando do Pai, mas no Pai, e o Pai no Filho” (Dr. A. A. Hodge, *Outlines of Theology*, pág. 182).

Os seguintes versículos das Escrituras são, em geral, apresentados como principal apoio para esta doutrina: “Porque, como o Pai tem a vida em si mesmo, assim deu também ao Filho ter vida em si mesmo” (João 5:26); “Crede-me que estou no Pai, e o Pai em mim” (João 14:11); “Como tu, ó Pai, o és em mim, e eu em ti” (João 17:21); “Para que a conheçais e acrediteis que o Pai está em mim e eu nele” (João 10:38); diz-se que Cristo é “a refulgência da sua glória, e a expressa imagem da sua substância” (Hebreus 1:3); “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu filho unigênito para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (João 3:16).

O que escreve estas linhas sente-se obrigado a declarar, porém, que, em sua opinião, os versículos citados não ensinam a doutrina em questão. Crê que o objetivo essencial deste e doutros versículos semelhantes, é ensinar que Cristo está intimamente associado com o Pai, que é igual ao Pai em poder e glória, que é, de fato, divindade, plena e perfeita e não ensinam que a sua Pessoa tenha sido gerada por, ou originada dentro de, um processo eterno, que se desenvolve adentro da Divindade. Ainda que se tente defender a igualdade essencial do Filho, dizendo que o processo pelo qual foi gerado é eterno, e necessário, não acha que a tentativa tenha obtido êxito. Se, como o próprio Agostinho afirmou, por exemplo, o Pai é a *Fons Trinitatis*, a fonte ou origem da Trindade, de quem derivam o Filho e o Espírito Santo, parece que, apesar de tudo o mais, podemos dizer que tornamos o Filho e o Espírito Santo interdependentes como causa principal da sua própria existência, e destruimos a igualdade, verdadeira e essencial, entre as Pessoas da Trindade. Como dissemos anteriormente, quando as Escrituras nos dizem que uma Pessoa dentro da Trindade é conhecida como o “Pai”, outra como o “Filho”, elas querem ensinar, não que o Filho fosse derivado do Pai, nem que o Pai existisse antes do Filho, mas que são idênticos na sua natureza.

Era esta, aparentemente, a posição defendida por Calvino, porquanto afirma, ao concluir o seu capítulo sobre a Trindade:

“Mas, estudando a edificação da Igreja, considerei ser melhor não tocar em muitas coisas que seriam desnecessariamente enfadonhas para o leitor, sem lhe proporcionar qualquer proveito. Por que, para qual finalidade se deve discutir sobre se o Pai está sempre gerando? Pois é absurdo imaginar um ato contínuo de geração, visto que é evidente que as três Pessoas subsistem em Deus, por toda a eternidade” (*Institutas*, I, cap. 13).

PROCESSÃO DO ESPÍRITO SANTO

Tem-se compreendido, em geral, a processão do Espírito Santo como designando “a relação que a terceira pessoa mantém para com a primeira e a segunda, em que, por um ato eterno e necessário, isto é, não voluntário, do Pai e do Filho, a sua essência divina e completa, idêntica, é comunicada ao Espírito Santo, sem qualquer alienação, divisão ou mudança” (Dr. A. A. Hodge, *Outlines of Theology*, pg. 189).

“Processão” é uma expressão mais geral do que “geração”, embora, em ambos os casos, se admita que o processo seja inescrutável. Diz-se que processão difere de geração em que o Filho é gerado pelo Pai apenas, enquanto que o Espírito procede tanto do Pai como do Filho, simultaneamente, ou, como alguém explicou, procede do Pai, através do Filho.

O que dissemos acerca das pretensas provas bíblicas para a doutrina da geração do Filho, aplica-se ainda melhor às que são apresentadas para provar a processão do Espírito. Há, na verdade, um único versículo que é apresentado, em geral, para provar esta doutrina, e encontra-se em João 15:26: “Mas, quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei de enviar, aquele Espírito de verdade, que procede do Pai, ele testificará de mim”. Aqui, os melhores estudantes da Bíblia estão divididos sobre se, ou não, este versículo ensina a processão do Espírito, no sentido que a sua Pessoa tivesse a sua origem em resultado de um processo, inescrutável, ainda que eterno e necessário, dentro da Divindade, ou se o versículo se refere apenas à sua missão neste mundo, ao vir para aplicar a redenção que Cristo adquiriu por preço. Jesus usa uma expressão análoga, quando diz a respeito da sua própria missão redentora: “Saí do Pai, e vim ao mundo; outra vez deixo o mundo, e vou para o Pai” (João 16:28). No grego original, a frase “saí de”, que Jesus usa aqui, é mais forte do que “procede de”, usada em relação ao Espírito; no entanto, o contexto de João 16:28 torna bem claro que, o que Jesus diz de si mesmo se refere à sua missão, e não àquilo que é conhecido, vulgarmente, como sua geração eterna; na verdade, a sua vinda do Pai a este mundo, é posta em contraste com a sua saída do mundo, para voltar para o Pai. É-nos dito, claro, que o Espírito Santo é enviado pelo Pai e pelo Filho; mas a missão, ao vir para aplicar a redenção é uma coisa totalmente diferente da processão. Parece muito mais natural concluir que as palavras de João 15:26, que fazem parte das “últimas instruções”, e que foram ditas, portanto, à sombra da cruz, não eram filosóficas, mas práticas, com o objetivo de ir ao encontro duma necessidade então atual e premente, ou seja, para confortar e fortalecer os discípulos para a prova por que iriam passar, em breve. Era este o método de ensino que ele usou noutras ocasiões, e é difícil, pelo menos, ver por que não o seguiria também nesta ocasião. Iria, em breve, deixar os seus discípulos, e deu-lhes apenas a promessa que um outro Consolador, que, vinha também do Pai, tomaria o seu lugar e seria para eles o que ele fora, e lhes faria o que ele fizera. Pareceria que, visto que pouco conheciam ainda do Espírito, não seria esta uma ocasião apropriada para os instruir a respeito da relação metafísica que subsiste entre o Pai e o Espírito. Ensina-lhes, antes, que o Espírito vem com autoridade divina, e que sai, continuamente, do Pai, para cumprir os seus propósitos de graça.

Deste modo, João 15:26, no melhor dos casos, não dá um argumento decisivo a respeito da doutrina da processão do Espírito, se, na verdade, não tiver por objetivo bem definido um propósito completamente diferente. Preferimos dizer, como anteriormente, que dentro da vida essencial da Trindade, nenhuma das Pessoas é anterior a, nem é gerada por, nem procede de outra, e que tal prioridade e subordinação que encontramos reveladas nas obras de criação,

redenção, e santificação, estão relacionadas, não com a Trindade imanente, mas com a economia da Trindade.

Historicamente falando, a doutrina da processão do Espírito Santo, que, diz-se, ser de menos importância do que a da geração do Filho, foi pervertida e exagerada, fora de toda a proporção, quanto à sua verdadeira importância, tendo-se tornado o objeto de controvérsia, amarga e longa, entre as Igrejas do Oriente e do Ocidente. Na verdade, foi a causa imediata da divisão da Cristandade, no século XI, e constitui, ainda hoje, a principal diferença, em doutrina, entre a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa. A Igreja Grega tem sempre afirmado que o Espírito procede apenas do Pai, enquanto que a Igreja Romana, assim como as Igrejas Protestantes, em geral, têm afirmado que ele procede tanto do Pai como do Filho. Mas, na verdade, as provas para a doutrina são bem escassas, e o seu significado demasiadamente obscuro, para justificar as zangas e a divisão eclesiástica que daí resultou.

9. A TRINDADE APRESENTA UM MISTÉRIO, NÃO UMA CONTRADIÇÃO

Seria absurdo ao último grau, imaginar que nós, que não compreendemos o nosso próprio ser, nem as forças da natureza que nos rodeiam, pudéssemos compreender os mistérios profundos da Divindade. É esta, de todas as doutrinas cristãs, talvez a mais difícil de entender e de explicar. Que Deus existe como uma Trindade, está revelado, de forma clara, nas Escrituras; mas não foi revelada a forma particular como as três Pessoas existem. Quando contemplamos o Deus triúno, sentimo-nos como alguém que esteja olhando para o Sol ao meio-dia. O finito não é capaz de apreender o infinito; e a personalidade maravilhosa do Pai, do Filho e do Espírito Santo continuam, e hão-de continuar, a ser um mistério profundo, por muito estudo que os maiores teólogos da Igreja lhe tenham dedicado. Quando tentamos compreender o seu significado, lembramo-nos das palavras de Jó: “Porventura alcançarás os caminhos de Deus, ou chegarás à perfeição de Todo-Poderoso?”. A pergunta responde-se a si própria.

Em todos os campos, somos obrigados a crer em muitas verdades que não podemos explicar. Que é, por exemplo, a luz? O que dá à força da gravidade o seu poder de atração, e qual o meio por que opera? Como faz a mente contato com o cérebro?

“Neste mundo, há muitas coisas que são verdadeiras, mas que não podemos compreender”, diz o Dr. Floyd E. Hamilton. “Qual é a verdadeira natureza da eletricidade? O que é a vida? O que habilita o corpo humano a transformar os mesmos alimentos em ossos, dentes, carne, e cabelo? Eis apenas alguns dos problemas para os quais o homem nunca conseguiu resposta, e talvez nunca consiga. Mas isso não afeta a veracidade dos mesmos. Existem, e a sua existência não depende da nossa compreensão a seu respeito. Da mesma maneira, o Deus Triúno existe, e a sua existência não depende da nossa compreensão dos mistérios da sua natureza” (*The Basis of Christian Faith*, pg. 278).

Como observa o Dr. David S. Clark:

“Devemos distinguir entre apreensão e compreensão. Podemos saber o que Deus é, sem sabermos tudo quanto ele é. Podemos tocar a terra, contudo não conseguimos abraçá-la. A criança pode conhecer Deus, enquanto que o filósofo não é capaz de descobrir Deus até à perfeição” (*A Syllabus of Systematic Theology*, pág. 59).

“É, na verdade, um mistério”, diz o Professor Flint, “e, apesar disso, um mistério que explica muitos outros mistérios, e que lança uma luz maravilhosa sobre Deus, sobre a natureza, e sobre o homem” (*Anti-Theistic Theories*, pág. 439).

A maioria das pessoas admitem, por exemplo, que não entendem a teoria da relatividade de Einstein; no entanto, poucos terão a coragem de dizer que é irracional. Não compreendemos como se pode armazenar tão grande quantidade de energia dentro dum átomo; mas a bomba atômica, recentemente criada, prova, sem sombra de dúvida, a sua existência. A menos que Deus fosse grande demais para a nossa inteira compreensão intelectual, ele seria, sem dúvida, pequeno demais para satisfazer as nossas necessidades espirituais.

No entanto, apesar da doutrina da Trindade nos apresentar um mistério, não é uma contradição. Afirma que Deus é um, num aspecto — em substância ou essência — e que ele é Três num sentido totalmente diferente — em distinções pessoais; e a acusação dos anti-trinitarianos, de que não há campo intermediário entre a posição Unitariana (que defende a

unidade de Deus, mas rejeita a Divindade de Cristo e a personalidade do Espírito Santo) e Triteísmo (que afirma que há três Deuses) é assim facilmente refutada por este fato. A doutrina da Trindade está acima da razão, e nunca podia ser descoberta pelo homem, aparte da revelação divina; no entanto, não é possível provar que seja contra a razão, nem incoerente com qualquer outra verdade conhecida a respeito de Deus.

Além disso, é quase impossível entender por que se insiste em dizer que a doutrina da Trindade se apresenta à pessoa mediana como sendo irracional, quando, na verdade, o Panteísmo (que afirma que todas as pessoas e todas as coisas existentes, não são mais do que uma das inúmeras formas em que Deus existe) é o conceito filosófico que tem sido mais espalhado e que com mais persistência tem sido defendido pelos diferentes povos através dos séculos. Se a mente humana foi capaz de conceber Deus como existindo em tão grande número de formas, sem dúvida que a afirmação de que ele existe em três Pessoas não deveria ser difícil de aceitar. O fato é que a doutrina, como apresentada nas Escrituras, acha-se eminentemente de acordo com a razão. A Igreja Cristã histórica, em todos os seus ramos, tem mantido tenazmente esta doutrina, e, quanto a indivíduos, a fé cristã mais profunda, mais verdadeira e mais frutífera, tem-se achado naqueles que conhecem pela experiência e gozaram da verdadeira comunhão, não só com o Pai como também com Cristo, o Filho, e com o Espírito Santo — isto é, nos evangélicos, em contraposição aos Unitarianos e Modernistas.

Devemo-nos lembrar de que não somos obrigados a explicar todos os mistérios relacionados com esta doutrina. Só temos a obrigação de apresentar os ensinamentos das Escrituras a este respeito, e defendê-los, tanto quanto possível, das objeções apresentadas contra esses ensinamentos. Esta doutrina nunca deveria ser apresentada a um incrédulo como um assunto para provas argumentativas, pois que só pode ser aceite pela fé, e só depois de se estar convencido de que Deus falou e que a revelou como uma verdade a seu respeito. Somos levados a dizer, como o Salmista: “Tal ciência é para mim maravilhosíssima; tão alta que a não posso atingir” (139:6); e com Atanásio: “O Homem só pode ver a bainha do vestuário de Deus; os querubins cobrem o restante com as suas asas”. Mas ainda que não possamos dar uma explicação completa da nossa fé, podemos, e devemos, saber aquilo que cremos e o que não cremos, e convém que conheçamos os fatos e a verdade sobre que repousa a nossa fé.

Têm sido apresentados muitos exemplos, através dos séculos, para ilustrar esta doutrina, mas devemos admitir que nenhum teve um valor especial, e que alguns deles têm, até, sido, positivamente enganadores. Eis alguns dos mais comuns: corpo, alma e espírito; intelecto, emoção e vontade, no homem; haste, flor e semente, nas plantas; ovo, larva e borboleta, nos insetos; sólidos, líquidos e gases, na matéria; luz, calor e brilho, no Sol; etc. Porém, nenhuma destas são analogias verdadeiras. Nenhuma consegue exemplificar perfeitamente o elemento pessoal, em especial ao elemento tri-pessoal, na Divindade. O melhor destes exemplos, o do intelecto, emoção e vontade, no homem, apresenta três funções numa só pessoa, mas não três pessoas numa só substância. O dos sólidos, líquidos e gases, ou o do ovo, larva e borboleta, não são cristãos, mas sim unitarianos, pois, na verdade, representam a mesma substância passando por três estados sucessivos.

Visto que não há nenhum que se pareça com Deus — pois “A quem pois fareis semelhante a Deus? ou com que o comparareis?” (Isaías 40:18) — em vão procuraremos uma explicação da Trindade, quer na estrutura das nossas próprias mentes, quer na natureza que nos rodeia. Como a Trindade não pode ser descoberta, em primeiro lugar, pela razão, também, em segundo lugar, não é capaz de ser provada pela razão. Aceitamos esta doutrina somente

porque as Escrituras no-la ensinam, e da maneira, precisamente, como elas no-la ensinam. Como dizia Lutero a respeito desta doutrina:

“Deveríamos, como as criancinhas, balbuciar aquilo que as Escrituras nos ensinam: que o Pai é verdadeiramente Deus, que Cristo é verdadeiramente Deus, que o Espírito Santo é verdadeiramente Deus, e, no entanto, nisto não há três Deuses, ou três Seres, no sentido em que há três homens, três anjos, ou três janelas”.

10. ASPECTOS HISTÓRICOS DA DOUTRINA

Durante os três primeiros séculos da era Cristã, a discussão teológica concentrava-se quase exclusivamente nas relações que subsistiam entre o Pai e o Filho, ao ponto de negligenciar quase por completo a doutrina do Espírito Santo. Em consequência, o desenvolvimento de uma declaração formal da doutrina do Espírito Santo foi um processo lento. Durante os séculos II e III, a influência do pensamento estóico e platônico fizeram com que alguns negassem a Divindade plena de Cristo, e tentassem reduzi-lo a dimensões que consideravam comensuráveis com um mundo de tempo e de espaço. Surgiu então, contra esta tendência, uma reação, a que se deu o nome de Monaquianismo, que tornava o Pai, o Filho e o Espírito Santo, de tal forma idênticos que passaram a ser considerados uma só Pessoa, que se manifestava em diferentes capacidades.

Não devemos inferir que a doutrina da Divindade de Cristo foi deduzida da doutrina da Trindade: precisamente o contrário. Em virtude das pretensões de Cristo, da autoridade que ele se arrogou, dos milagres que operou, e da glória que manifestou, especialmente na sua ressurreição, os cristãos primitivos eram unânimes em reconhecê-lo como Deus verdadeiro. Esta convicção, juntamente com a declaração que infere a doutrina da Trindade na fórmula batismal, e na bênção apostólica, serviu-lhes de base para a doutrina. Mas, visto que estavam igualmente convencidos de que há um único Deus verdadeiro, surgiu a dificuldade de como reconciliar estes dois artigos fundamentais da fé. Houve quem procurasse resolver o problema negando a Divindade de Cristo, mas durante os dois primeiros séculos, foram em número tão reduzido que nenhuma influência tiveram.

Esta controvérsia foi estabelecida para a Igreja primitiva pelo Concílio de Nicéia, na Ásia Menor, em 325. Debaixo da influência de Atanásio, que se tornou, mais tarde, Bispo de Alexandria, o Concílio declarou-se em favor da doutrina da Divindade completa e eterna de Cristo, que afirmaram ser “Deus de Deus, Luz de Luz, Verdadeiro Deus do Verdadeiro Deus, sendo de uma substância com o Pai”.

No entanto, tão absorvido esteve o Concílio com a formulação da doutrina da Pessoa de Cristo, que omitiu fazer uma declaração formal a respeito do Espírito Santo. Atanásio ensinara a completa divindade do Espírito Santo, mas muitos escritores deste período identificavam-no com o Logos ou Filho, enquanto que outros o consideravam apenas como o poder impessoal ou eficácia de Deus. Era natural que, até que ficasse resolvida a questão a respeito da Pessoa e da natureza do Filho, pouco progresso pudesse ser feito no desenvolvimento da doutrina do Espírito Santo. O defeito do Credo de Nicéia foi remediado pelo Segundo Concílio Ecumênico, reunido em Constantinopla, em 381, que incluía no seu credo a seguinte afirmação: “Cremos no Espírito Santo, que é o Senhor e Doador da vida, que procede do Pai, que, juntamente com o Pai e com o Filho, é adorada e glorificado, e que falou por intermédio dos profetas”.

Uma outra heresia que surgiu, foi o Sabelianismo. Esta heresia afirmava que havia uma única pessoa na Divindade, e que as expressões Pai, Filho e Espírito Santo apenas denotam esta mesma Pessoa em capacidades diferentes. Como Criador do mundo, era conhecido como o Pai; como Redentor da raça, era conhecido como o Filho; e operando nos corações dos homens, era conhecido como o Espírito Santo. Alguns preferiam dizer que era o mesmo Deus que era conhecido no Antigo Testamento como Deus o Pai, que encarnou, mais tarde, como Filho, e que se revela, na Igreja, como o Espírito Santo. Estas manifestações diversas duma mesma Pessoa eram consideradas análogas às dum homem que é conhecido no seu lar como

pai, na igreja como um presbítero, e na comunidade como um médico.

No entanto, este conceito só satisfazia a consciência religiosa dos cristãos num só aspecto, a saber, que reconhecia a verdadeira divindade de Cristo. Os seus defeitos destacavam-se, pois, se estas fases fossem sucessivas, então Deus teria deixado de ser o Pai ao tornar-se o Filho, e deixaria de ser o Filho ao tornar-se o Espírito Santo. A encarnação ficou reduzida a ser simplesmente uma união temporária das naturezas divina e humana no homem, Jesus Cristo. Este ponto de vista estava em tal contradição com as Escrituras, que foi em breve rejeitado, e a doutrina da Igreja, que nem é triteísmo nem sabelianismo, mas o ponto central destes erros opostos, manteve-se.

Uma outra heresia trinitariana que devemos ainda considerar, é a dos socinianos. Estes afirmavam que Cristo era apenas um homem, um homem muito bom, na verdade, de fato o melhor dos homens, pois que era controlado e animado mais completamente pelo poder de Deus do que qualquer outro homem tinha sido, mas que não existira até que nasceu por geração natural de José e de Maria. Reconheciam que possuía uma revelação mais avançada da parte de Deus, do que nenhum outro profeta ou mestre anterior possuía. Compreenderam ser impróprio que se adorasse uma criatura, como os arianos tinham feito, por muito exaltada que ela fosse; e, embora fossem menos ortodoxos do que os arianos, eram, neste ponto, mais coerentes. Sem dúvida, este ponto de vista foi condenado pela Igreja, mas manteve-se, através dos séculos, nas cercanias da religião verdadeira. O modernismo de hoje que é, essencialmente, a negação do sobrenatural na religião, continua, também, com mais ou menos consistência a tradição sociniana.

Pertence a Agostinho o crédito de ter feito um grande progresso no desenvolvimento da doutrina, e durante séculos o seu livro intitulado *On the Trinity* foi o livro modelo a respeito deste assunto. Embora Atanásio conseguisse que a Igreja aceitasse a personalidade e divindade verdadeiras do Pai, do Filho e do Espírito Santo, admitiu que o Filho e o Espírito ficassem subordinados ao Pai em ordem e dignidade. Agostinho fez desaparecer esta idéia de subordinação, dando ênfase à unidade numérica da sua essência, e, com a sua grande influência, conseguiu que esta doutrina fosse aceite pela Igreja, tanto no fato, como em teoria. Embora a Reforma fosse uma época em que houve grande progresso no desenvolvimento de doutrina, a da Trindade fora apresentada, anteriormente, tão nitidamente, que não houve qualquer tendência para especular a seu respeito. Tanto Lutero como Calvino se recusaram a ir além das declarações simples das Escrituras, embora coubesse a Calvino reafirmar a auto-existência e a plena igualdade do Filho e do Espírito Santo com o Pai, em oposição àqueles que ensinavam que a geração do Filho e a processão do Espírito Santo, mostravam existir uma comunicação perpétua de essência procedente do Pai, e, portanto, dependência. Na afirmação de Calvino, a idéia de igualdade de pessoas substituiu a da geração e de processão.

A Igreja das Escrituras e a dos credos é, evidentemente, Trinitariana, e não Unitariana. Até há cerca de um século, todas as denominações e, praticamente, todas as igrejas locais, ensinavam a doutrina da Trindade, como doutrina aceite e básica. Mas, com o decorrer dos anos, houve uma mudança, e até em muitas igrejas evangélicas, assim chamadas, esta doutrina que apresenta uma verdade eterna e imutável, é poucas vezes mencionada, enquanto que noutras, é atacada, posta em dúvida ou negada, como o são muitas outras verdades essenciais. A verdade não mudou, mas a atitude de muitas na geração presente para com a verdade, mudou; e, hoje em dia, a controvérsia grassa com renovado vigor, não só com o inimigo exterior, como também com o inimigo, vestido de cordeiro, no interior.

Num artigo excelente a respeito de *The doctrine of the Trinity*, o Dr. Clarence E. Macartney diz, a respeito da atual controvérsia, o seguinte:

“Aquilo que Atanásio combatia, na sua época, era a tentativa de apresentar ao mundo um Cristo mutilado. Sabia que um Cristo mutilado não podia ser o Cristo. Sabia que uma redenção operada por qualquer outro que não fosse o Deus da redenção, Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo, não era redenção alguma. Este mesmo esforço sutil de incredulidade para persuadir o mundo a aceitar um Cristo mutilado, em vez do Cristo, o Filho eterno de Deus, surge, de quando em quando, sob denominações e formas várias. Nunca, desde o tempo de Ário, se propagou tanto e com tanto fervor um movimento para substituir o Cristo do Novo Testamento, o Cristo redentor, por um Cristo menor, um Cristo mutilado. Os dirigentes deste movimento, ou negam, abertamente, os relatos do Novo Testamento da entrada miraculosa de Cristo neste mundo, ou dizem que a aceitação ou rejeição destas narrativas de como Cristo veio, nada tem que ver com o Cristianismo. Este novo Cristo provavelmente não operou milagres, não morreu na cruz como substituto do homem, tomando o seu lugar, e levando os seus pecados perante a Lei de Deus. Não ressuscitou dos mortos com o mesmo corpo com que fora sepultado, no sepulcro de José de Arimatéia, nem nesse corpo subiu aos Céus para interceder à mão direita de Deus, o Pai Todo-Poderoso; e as repetidas afirmações do Novo Testamento, acerca do seu regresso glorioso e triunfante à Terra, significam apenas que a verdade e a justiça prevalecerão, finalmente, na Terra. No entanto, os homens que defendem estes pontos de vista continuam a falar, e alguns ainda pregam, de Cristo. Que Cristo? “Quem é este?”, exclamava a multidão quando Jesus entrou em Jerusalém, no meio dos aplausos da multidão. Hoje, a Igreja Cristã bem pode exclamar a respeito deste novo e mutilado Cristo: “Quem é este?”.

Deve ser de interesse apresentar um resumo das declarações dos credos da Igreja, a respeito desta doutrina. Dissemos que, nos primeiros três séculos, não houve concílios importantes, e que a formulação duma declaração credal foi um processo lento. Os cristãos primitivos mantinham firmemente esta doutrina, que estava ainda, por assim dizer, em solução; foram o tempo e a controvérsia que provocaram a sua precipitação. Por causa da acerbidade dos judeus, da zombaria dos pagãos, e da confusão e contradição inevitáveis na maneira de apresentação, mesmo por aqueles que, dentro da Igreja, tentavam, honestamente, afirmar o que as Escrituras ensinavam a respeito dessa declaração, a Igreja viu-se obrigada a analisar a doutrina e a apresentá-la em declarações precisas e formais.

O melhor resumo do ensino dos vários credos, pelo que sabemos, encontra-se no artigo do Dr. Macartney acima mencionado, e pode ser prefaciado pelas seguintes observações:

“Ao lermos estas declarações, lembremo-nos de que representam, não especulações vãs e sem nexos, mas, sim, um esforço nobre de mentes treinadas, para definir e explicar a verdade da Trindade, tal como a encontraram nas páginas da Bíblia, e nas tradições dos cristãos sinceros. Lembremo-nos, igualmente, que estas declarações, em especial as mais antigas, foram formuladas numa época em que o Cristianismo estava a ser atacado ferozmente pelas forças das descrenças. Em Pittsburgh, St. Louis, Chicago, Detroit, e outras cidades dos Estados Unidos, o visitante é levado a ver uma antiga fortaleza, ou o local duma fortaleza antiga, em que os primeiros colonos se estabeleceram, para se defenderem. Estas fortalezas de troncos de árvores, com frestas e vigias, agora situadas no meio das cidades, marcam o crescimento e o progresso da nação, visto que, sem o espírito de aventura, o heroísmo e o sacrifício, associados com

estas fortalezas, não teria havido a nação. Aquelas antigas confissões são semelhantes a estas venerandas fortalezas. Marcam as crises na História do Cristianismo, e fazem recordar o heroísmo e a coragem de homens que recusaram permitir que lhes fosse tirada a sua herança cristã, e perante um mundo de incredulidade, exclamaram: ‘Creio! Eu creio!’. Não há hipocrisia tão ignorante, tão miserável, tão merecedora de infinito desprezo, como a que é hoje tão popular, e que apouca os credos e os homens que no-los deram e que os defenderam, e diz que eles nada têm que ver com o Cristianismo prático. Sem esses credos, e sem a coragem, o amor e a fé que representam, o Cristianismo há muito que teria desaparecido da face da terra”.

1. O Credo de Nicéia (325):

“Creio num só Deus. Creio também num Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, gerado do Pai, luz de luz, verdadeiro Deus do verdadeiro Deus, gerado, não feito, sendo da mesma substância com o Pai. E creio no Espírito Santo”.

2. Credo Niceno-Constantinopolitano (381):

Neste credo as orações relativas ao Pai e ao Filho são praticamente as mesmas que no Credo Niceno. Mas o artigo respeitante ao Espírito Santo foi modificado, como segue: “E no Espírito Santo, que é o Senhor e o doador da vida; que procede do Pai; que, com o Pai e o Filho, é adorado e glorificado; e que falou pelos profetas”.

3. O Credo de Atanásio (de origem e época incertas, mas que é o credo mais lógico e elaborado):

“E a fé católica é esta: que adoramos um Deus em Trindade e Trindade em Unidade, não confundindo as Pessoas, nem dividindo a Substância; pois há uma Pessoa do Pai, outra do Filho e outra do Espírito Santo. Mas a Divindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo é uma só; a glória é igual, a majestade, co-eterna. Visto que como somos obrigados pela verdade cristã a reconhecer cada Pessoa de per Si, como Deus e Senhor, também a Religião Católica nos proíbe de dizer que há três Deuses ou três Senhores”.

4. Confissão de Augsburg (1530) — o credo protestante mais antigo, e o padrão do Luteranismo:

“Há uma essência divina que se chama e é Deus, eterno, incorpóreo, indivisível, de poder, sabedoria, bondade infinitos, o Criador e Preservador de todas as coisas, visíveis e invisíveis. E, no entanto, há três Pessoas da mesma essência e poder, que são, também, co-eternas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo”.

5. Os 39 Artigos (1571) — o Credo da Igreja Anglicana e da Igreja Episcopal Protestante dos Estados Unidos:

“Há um só Deus, vivo e verdadeiro. E na unidade desta Divindade, há três Pessoas, de uma só Substância, Poder e Eternidade, Pai, Filho e Espírito Santo”.

6. A Confissão de Fé de Westminster (1647) — o Credo da Igreja Presbiteriana, com o qual o Cânone do Sínodo de Dort, símbolo da Igreja Reformada, concorda plenamente:

“Há um só Deus, vivo e verdadeiro. Na unidade da Divindade há três Pessoas, de uma mesma Substância, Poder e Eternidade: Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo. O Pai é um, e não foi gerado nem procede de nada; o Filho é gerado eternamente do Pai; o Espírito Santo procede eternamente do Pai e do Filho”.

11. IMPORTÂNCIA PRÁTICA DA DOCTRINA DA TRINDADE

A doutrina da Trindade não deve ser considerada como uma especulação metafísica abstrata, nem como uma teoria desnatural, que não tenha qualquer influência nos assuntos práticos da vida. É, pelo contrário, uma revelação importantíssima concernente à natureza do único Deus vivo e verdadeiro, e das suas atividades na salvação dos homens. O objetivo único do Evangelho é, sem dúvida, conduzir-nos ao conhecimento de Deus, precisamente na forma em que ele se revelou. E, como Calvino diz na frase que introduz as suas *Institutas*:

“A sabedoria verdadeira e substancial consiste em duas partes, o conhecimento de Deus, e o conhecimento de nós mesmos”.

E acrescenta que “ninguém pode fazer uma análise de si mesmo, sem que se sinta obrigado a voltar-se imediatamente para a contemplação de Deus, em quem vive e se move: visto que é evidente que a nossa própria experiência nada é, senão uma substância unicamente em Deus”.

Declara-se na Bíblia que o conhecimento de Deus Pai, a fonte da redenção, de Deus Filho, que alcança a redenção, e de Deus Espírito Santo que aplica a redenção, é a vida eterna. Qualquer outro conceito de Deus apresenta, à mente e à consciência, um deus falso. Tão diferente é o sistema de teologia que se desenvolve e o modo de viver que dele resulta, que, praticamente, podemos dizer serem diferentes Deuses os que os Unitarianos e os Trinitarianos adoram.

Esta é uma doutrina mais avançada, que não foi revelada nos tempos do Antigo Testamento, devido ao fato de não poder ser compreendida até ficar completada a obra objetiva da redenção. Mas no Novo Testamento está intimamente entrelaçada com toda a economia cristã, não em termos de filosofia especulativa, mas de religião prática.

“A doutrina da Trindade”, afirma o Dr. Bartlett, “jaz no âmago da verdade cristã. É o centro do qual irradiam todas as outras afirmações da nossa fé. Se tivermos pontos de vista errados acerca da natureza do Ser supremo, toda a nossa Teologia está em perigo” (*The Triune God*, pg. 13).

Inescrutável, contudo não contraditória em si, esta doutrina fornece a chave para todas as outras doutrinas que dizem respeito à redenção do homem. Fora dela, doutrinas tais como a Divindade de Cristo, a encarnação, a personalidade do Espírito Santo, a regeneração, a justificação, a santificação, o significado da crucificação e da ressurreição, etc., não se podem compreender. Assim, é básica de todo o plano da salvação. Como diz o Dr. Henry B. Smith:

“A favor da Trindade há um argumento forte e preliminar no fato de, sob alguma forma, sempre ter sido confessada pela Igreja Cristã, e tudo quanto se opôs à doutrina ter sido sacudido. Quando foi abandonada, outros artigos importantes, tais como a expiação, a regeneração, etc., quase sempre a seguiram, por necessidade lógica; da mesma maneira que quando se tira o fio de um colar, todas as pérolas caem” (*System of Christian Theology*, pg 49).

“A idéia da Trindade”, diz o Dr. Warfield, “ilumina, enriquece e eleva todos os nossos pensamentos acerca de Deus. Tornou-se vulgar dizer que o teísmo Cristão é o único teísmo estável. Isto equivale a dizer que o teísmo necessita da concepção da Trindade que enriquece, para lhe dar um predomínio permanente sobre a mente humana, pois a mente acha dificuldade

em descansar na idéia duma unidade abstrata para o seu Deus; e que o coração humano clama pelo Deus vivo, em cujo Ser existe aquela plenitude de vida para a qual a concepção da Trindade somente dá satisfação”.

E outra vez:

“Se ele (o crente) não pudesse construir a doutrina da Trindade da sua consciência de salvação, contudo os elementos da sua consciência de salvação lhe são interpretados e reduzidos à ordem somente pela doutrina da Trindade que ele encontra como base do ensino das Escrituras sobre os processos da salvação, que dela recebem o seu significado e coerência. Mediante esta doutrina, o crente é habilitado a pensar claramente e com seqüência das suas tríplices relações com o Deus que salva, que, na sua experiência se traduzem por um amor paterno, que envia um Redentor, um amor redentor, que executa a redenção e um amor salvador, que aplica a redenção... Sem a doutrina da Trindade, a sua vida cônica de cristão seria lançada numa confusão e deixada em desorganização, se não lhe fosse dado, até, um ar de irrealidade; com a doutrina da Trindade, porém, ordem, significado e realidade são introduzidos em cada elemento dessa vida. Portanto, a doutrina da Trindade e a doutrina da redenção, historicamente, mantêm-se ou caem conjuntamente. A teologia unitariana é vulgarmente associada com uma antropologia Pelagiana e uma soteriologia Sociniana. É relevante o testemunho de F. E. Koenig: ‘Verifiquei que muitos rejeitam toda a história da redenção pela única razão que não conseguiram atingir o conceito do Deus Triúno’” (*Biblical Doctrines*, pg. 139, 167).

A doutrina da Trindade dá-nos um sistema teocêntrico de teologia, colocando assim, na verdadeira proporção, a obra de Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo. Só este sistema nos dá um acesso adequado ao estudo da teologia, mostrando que esse acesso deve ser feito do ponto de vista do Deus Triúno e não do da segunda ou da terceira pessoa da Trindade, ou do homem, ou seja, deve ser teocêntrico, que não cristocêntrico ou antropocêntrico. Deveria ser desnecessário dizer que a teologia teocêntrica (ou seja aquilo que geralmente se chama a fé Reformada ou Calvinista) dá a Cristo, no sistema, um lugar muito elevado. Ele é o Deus-homem, o centro e a fonte da salvação; mas embora a soteriologia tenha um lugar de proeminência, não é tomada como o princípio organizador, mas sim uma das subdivisões no sistema teológico. A história da doutrina mostra, com grande clareza, que aqueles que tentaram organizar o sistema de teologia em torno da pessoa de Cristo, não obstante as suas boas intenções, tendem sempre para desprestigiar outras verdades essenciais e ser levados a formar um sistema superficial. O seu sistema não tem estabilidade e tende para gravitar em sentido descendente, renunciando uma doutrina após outra, até se tornar antropocêntrica.

O terceiro sistema, muito comum nos nossos dias, conhecido em geral como Modernismo ou Humanismo, é antropocêntrico — isto é, tenta compreender a natureza de Deus reconstruindo-o a partir do que se conhece no homem. Este sistema permite ao homem lançar a sua própria sombra sobre Deus, limitando a sua soberania. Significa que Cristo deve ser considerado, antes de tudo, como homem, e que, como afirmou um Modernista de grande projeção nos nossos dias, ninguém deveria ir a Jesus “na sua manjedoura e na sua cruz, para encontrar a onipotência que move Órion e Plêiade”. Devemos evitar todos os erros tais como estes, colocando Deus na sua natureza triúna, como centro do nosso sistema teológico. Só assim poderemos chegar a um verdadeiro conhecimento dele. Eis a ordem bíblica: primeiro, o Pai, que é o Criador e o Autor da Salvação; em seguida, o Filho, que providencia objetivamente a redenção; e, finalmente, o Espírito Santo, que aplica a redenção.

Uma das causas da força da teologia trinitariana tem sido o apelo que faz à consciência interior do pecado — esse fardo trágico que carrega tão pesadamente sobre todas as almas sérias, enquanto que a grande fraqueza do Unitarianismo tem sido a sua insensibilidade perante a realidade e as conseqüências do pecado. Os trinitarianos têm considerado o pecado, não apenas como uma desgraça ou um desenvolvimento incompleto, mas como um crime terrível e nefando, repulsivo aos olhos de Deus, e merecendo a sua ira e o seu castigo. Estes afirmam que não teria sido possível meramente perdoá-lo sem uma expiação (ou seja, sem que alguém lhe sofresse as conseqüências), mas que Deus tem a obrigação de punir o pecado da mesma maneira que tem que recompensar a virtude. Por seu lado, os Pelagianos, Socinianos, Modernistas e Unitarianos hodiernos tomam um ponto de vista superficial e menosprezador do pecado, com o resultado inevitável de que a sua fé é superficial, o seu sentimento religioso inerte, e todos os esforços evangelísticos e missionários cortados. Tendo abandonado a doutrina da Trindade, têm pouca consideração pela pessoa de Cristo. Até, de acordo com a sua própria confissão, a grande literatura para a qual um cristão deve voltar em busca de fé, esperança, amor e inspiração, tem sido, quase exclusivamente, o produto de escritores trinitarianos. Deste modo, o melhor método de tratar com os Modernistas e Unitarianos, é despertar neles um sentimento de pecado; visto que, logo que alguém verifique a natureza horrível e vergonhosa do seu pecado, também compreende que só um Redentor Divino o pode livrar desse pecado.

E isto traz-nos a outro ponto: se não houvesse uma Trindade, não podia haver encarnação, nem redenção objetiva, e, portanto, nenhuma salvação; porque não haveria ninguém que pudesse agir como Mediador entre Deus e o homem. Na sua condição de caído, o homem não tem nem inclinação nem possibilidade de se remir a si mesmo. Todas as obras meramente humanas são defeituosas e impotentes para remir uma só alma que seja. Entre o Deus santo e o homem pecador há um abismo infinito; e só por intermédio de Um que é Deus, que toma a natureza humana e sofre e morre em lugar do pecador, dando deste modo valor e dignidade infinitos a esse sofrimento e a essa morte, é que a dívida do homem pode ser saldada. Nem podia, tão-pouco, um Espírito Santo que fosse inferior à Divindade aplicar essa redenção a almas humanas. Assim, para que a salvação seja uma possibilidade, tem que ter origem divina. Se Deus fosse apenas uma unidade, que não uma pluralidade, poderia ser o nosso Juiz, mas, pelo que podemos avaliar, nunca poderia ser o nosso Salvador e o nosso Santificador. O ponto está em que Deus é o caminho de regresso que leva a si mesmo, e que todas as esperanças da nossa raça caída estão concentradas na verdade da Trindade.

É difícil manter a independência e a auto-suficiência de Deus, em qualquer outra base senão a trinitariana. Os que crêem num Deus unipessoal, quase que apóiam, instintivamente, a eternidade da matéria ou uma criação eterna e necessária, a fim de manter uma relação subjetiva-objetiva. Até mesmo muitos teólogos trinitarianos têm afirmado (e há diferença de opinião se correta ou incorretamente), que a natureza divina requer, ou um Cristo eterno, ou uma criação eterna. Pensa-se que fora duma criação, um Deus unitário seria um ser absolutamente solitário e só, limitado em companhia, amor, misericórdia, justiça, etc., e não seria, assim, auto-suficiente. O conceito unitariano de Deus é instável, e estas considerações explicam, em grande parte, a sua forte tendência para o Panteísmo. Na chamada teologia da Nova Inglaterra, por exemplo, vemos que o alto Unitarianismo de Channing degenerou no Panteísmo, de pouca penugem, de Teodoro Parker, e, depois no Panteísmo, já com a penugem completa, de Ralph Waldo Emerson. Como trinitarianos, sentimos que um Deus que está ligado, necessariamente, ao Universo, não é verdadeiramente infinito, independente e livre.

“Um Deus Unitariano e unipessoal”, diz o Dr. Charles Hodge, “é possível que tivesse existido; e se se revelasse como tal, seria nosso dever reconhecer o seu senhorio. Mas, no entanto, teria ficado sempre completamente inconcebível para nós — um ser consciente, isolado e sem companhia; sujeito sem objeto; pessoa consciente sem ambiente; ser justo sem comunhão ou relação moral ou esfera de ação da sua justiça. Onde haveria para ele uma esfera de amor, verdade, confiança, ou sentimento de simpatia? Antes da criação, as trevas eternas; depois da criação, nada mais do que um jogo infundo de xadrez solitário com os mundos a servir-lhe de peças” (*Systematic Theology*, I, pg. 127).

A idéia Unitariana de Deus salienta demasiadamente o seu poder, à custa dos seus outros atributos, e tende para o identificar com causa e pensamento abstratos. Por outro lado, a doutrina da Trindade mostra-nos que, nas suas relações conosco, o seu amor é primário, e que o seu poder é exercido no interesse do seu amor, e não que o seu amor seja exercido no interesse do seu poder. As palavras “Deus é amor” (1João 4:8) não são uma exageração de retórica, mas uma expressão de verdade a respeito da natureza divina. Estamos convencidos de que o conceito trinitariano de Deus, a avaliar pela sua piedade e moralidade, no país de nascimento e pelo zelo missionário, é, sobremaneira, o mais elevado de todos; e, uma vez que assim tenhamos concebido Deus e sentido a nova plenitude, riqueza, e poder, dados através da comunhão divina, já nunca mais podemos ficar satisfeitos com um conceito modalista ou Unitariano.

Algo do serviço, de extraordinário valor, dado pela doutrina da Trindade é revelado quando vemos como abarca, combina e reconcilia em si todas as semi-verdades das várias religiões e heresias que tiveram domínio sobre as mentes humanas. Houve, principalmente, três sistemas falsos que mais se destacaram, ou seja: o politeísmo, panteísmo e o deísmo. Não se pode negar que estes sistemas abarcam elementos de verdades importantes; porém, são, em geral, falsos e causam dano.

A verdade que existe no Politeísmo, que Deus existe numa pluralidade de Pessoas e poderes, suficientes e abundantes dentro da sua própria natureza para permitir livre uso de todas as qualidades ou características morais e sociais, é abrangida na doutrina da Trindade; mas o seu erro, que destrói a unidade de Deus, e que separa e personifica esses poderes vários, adorando-os, isoladamente, ou debaixo duma manifestação visível, como sejam o Sol, a Lua, os rios, as árvores, os animais, as imagens, etc. é rejeitado.

A verdade no Panteísmo, que Deus está presente e ativo por toda a parte, a corrente irresistível de força, que permeia todos os movimentos e toda a vida — verdade essa que, como o Dr. Hodge afirma, “está realizada no Espírito Santo, que, embora seja da mesma substância que o Pai, se nos revela como imanente em todas as coisas, a base de toda a existência, a corrente de toda a vida, surgindo como uma nascente no nosso íntimo, dando forma ao caos e inspiração à razão, o sempre presente executivo de Deus, o Autor de toda a beleza do mundo físico, de toda a filosofia, ciência e teologia verdadeiras no mundo do pensamento, e de santidade no mundo do Espírito” —, é contida na doutrina da Trindade; mas os erros do Panteísmo: que Deus não tem existência pessoal, a não ser quando surge no consciente do homem, que a sua única vida é apenas a soma de toda a vida criada, e que a sua participação imediata, em cada pensamento e ato das criaturas, o torna autor do pecado, são rejeitados. Além disso, na encarnação de Cristo, o Filho eterno, Deus baixou-se a uma encarnação real e permanente, e fez, de maneira sublime, aquilo que as encarnações da mitologia pagã tinham apenas caricaturado.

A verdade no deísmo: que Deus é o Criador do Universo, a fonte original de todo o poder, entronizada nos altos céus, e que o seu poder se manifesta por meio de segundas causas, a saber, através da ordem imutável da lei natural, é abrangida na doutrina da Trindade; mas os erros do deísmo: que Deus é um Deus ausente, que opera apenas por meio de segundas causas, que não está em contato, pessoal e amoroso, com o seu povo, e que, portanto, não se preocupa com as suas orações e anelos, são rejeitados.

Também, do mesmo modo, no que diz respeito a heresias que têm surgido dentro da Igreja Cristã. A doutrina da Trindade reconhece a verdade contida no arianismo, ou seja, que Cristo existia antes da criação do mundo e que possuía poder sobrenatural; mas rejeita os erros do arianismo, segundo os quais Cristo não é co-eterno nem co-igual com o Pai, e que era, afinal de contas, apenas uma criatura, e, portanto, muito aquém de divino. Reconhece, com o Sabelianismo, a Divindade e o poder de Cristo e do Espírito Santo, mas nega o seu erro, de não fazer distinção adequada entre as várias Pessoas na Trindade. Com o Nestorianismo, reconhece não só a divindade como a humanidade verdadeiras de Cristo, mas nega o seu erro, de separar as naturezas divina e humana, de tal maneira a transformá-lo numa dupla personalidade.

Onde quer que se abandone a doutrina da Trindade, com Cristo como o traço de união entre a Divindade e a humanidade, surge a tendência para uma forma abstrata e estática de monoteísmo, para o Deus longínquo do Deísmo, ou, inversamente, para fazer perder Deus no mundo do Panteísmo. Identificar Deus com a natureza significa atribuir-lhe tanto o mal como o bem; e esta espécie de religião teve a sua conseqüência lógica na antiga adoração de Baal, a suprema divindade masculina dos antigos fenícios, e de Astarote a deusa do amor e de fecundidade, com todas as suas abominações conseqüentes e abomináveis. A doutrina cristã da Trindade fornece-nos a defesa necessária contra ambos estes erros, e, simultaneamente, concede-nos um traço de união entre Deus e o homem, traço de união esse que a especulação filosófica em vão se tem esforçado por encontrar. É a proteção ideal de um Teísmo vivo, que, de outra forma, oscila, inconstante, entre os dois extremos de Deísmo e Panteísmo, qualquer deles de efeito fatal.

Esta doutrina deveria, evidentemente, ser pregada em todas as Igrejas Cristãs. É um erro afirmar que as pessoas já não querem ouvir sermões doutrinários. Que o ministro creia as suas doutrinas; que as apresente com convicção e como problemas de interesse vital, e então encontrará auditórios interessados. Vemos, hoje em dia, milhares de pessoas fugindo de discussões, no púlpito, de acontecimentos correntes, assuntos sociais, problemas políticos e questões meramente morais, tentando saciar-se com as bolotas de filosofias ocultistas e pueris. Somos, em muitos aspectos, mais pobres, espiritualmente, do que deveríamos ser, porque, na nossa confusão e perplexidade teológicas, deixamos de afirmar, com ênfase e clareza, estes grandes princípios doutrinários. Se estas doutrinas forem convenientemente pregadas, são de grande interesse e proveito, e são, de fato, indispensáveis, para que as congregações sejam bem alicerçadas na Fé. Estamos convencidos de que a principal necessidade da nossa época é a grande teologia, e que só o aparecimento e o predomínio da grande teologia produzirá uma base adequada para um viver cristão genuíno.

Sem dúvida que nenhuma teoria especulativa, e, em especial, nenhuma tão misteriosa e tão fora de semelhança com todos os outros objetos do conhecimento humano, como é a da Trindade, podia jamais ter conseguido manter um lugar de tanta proeminência e ser tão salientada por todas as igrejas da Cristandade, não fora o seu princípio controlador tão vital. Na natureza das coisas, o anti-trinitarianismo leva, inevitavelmente, a um sistema de religião,

radicalmente diferente. A Igreja sempre se recusou, historicamente, a reconhecer como cristãos aqueles que rejeitavam a doutrina da Trindade. De igual modo, historicamente, todos os grandes reavivamentos do Cristianismo, através dos séculos, têm sido um reavivamento de adesão ao Trinitarianismo mais amplo. Não é demais dizer, portanto, que a Trindade é o ponto em que todas as idéias e interesses cristãos estão concentrados, e é o princípio e o fim de toda a verdadeira compreensão do Cristianismo.